

Semear

Revista de Alimentação, Nutrição e Saúde

EDIÇÃO ESPECIAL

**2º Encontro Internacional de Alimentação
Escolar, Inovação e Sustentabilidade**



Volume 7

Número 3

Ano 2025

ISSN 2675-1836



O 2º Encontro Internacional de Alimentação Escolar, Inovação e Sustentabilidade foi realizado nos dias 22 e 23 de setembro, no Auditório Vera Janacópulos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O evento foi promovido pela UNIRIO, com o apoio do Grupo de Pesquisa em Alimentação e Nutrição Escolar (PESANE), e teve como objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos, experiências e práticas relacionadas à alimentação escolar, com ênfase nos temas da inovação, sustentabilidade e políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional.

O encontro reuniu pesquisadores nacionais e internacionais, gestores públicos, nutricionistas, estudantes, profissionais da educação e demais atores envolvidos com a temática, constituindo-se como um espaço de diálogo interdisciplinar e de fortalecimento das redes de colaboração entre academia, gestão pública e sociedade.

A programação contou com conferências, mesas-redondas, oficinas e apresentações de trabalhos científicos, proporcionando um ambiente propício à reflexão crítica e à troca de experiências sobre os desafios contemporâneos da alimentação escolar.

Por fim, o evento recebeu mais de 200 inscrições de participantes provenientes de diferentes instituições e regiões brasileiras, além da submissão de mais de 60 resumos científicos, evidenciando o interesse e a relevância do debate em torno da alimentação escolar, da inovação e da sustentabilidade no contexto das políticas públicas de alimentação e nutrição.

Até o 3º Encontro Internacional de Alimentação Escolar, Inovação e Sustentabilidade!

Alessandra da Silva Pereira
Coordenadora do PESANE UNIRIO



EDITORES

Ana Paula Fernandes Gomes
Nathalia Ferreira Antunes de Almeida
Alexandre Porte
Alexandre Gonçalves Soares
Alessandra da Silva Pereira – editora convidada

COORDENADORA DO PESANE UNIRIO

Alessandra da Silva Pereira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alessandra da Silva Pereira
Aline Souto Ribeiro
Eloah Costa de Sant Anna Ribero
Giulia Maria Ferreira da Silva
Larissa da Costa Oliveira
Monique Souza da Rocha
Philippe Diogo Alves da Silva
Poliana Aparecida Vitorio Machado Longo
Simone Souza dos Santos

ALUNOS

Ana Beatriz Fontes Iglesias
Ana Carolina Veiga de Oliveira
Daniele Gabilan do Nascimento
Fernanda Cristina Filgueira Bueno
Getúlio Tavares Júnior
João Victor Felizarda Pires
Millena Pavoni Monteiro
Mylena Francisca
Queila Portella de Souza
Vinícius Pereira de Carvalho
Yasmin Valongo Akra

COMISSÃO AVALIADORA DE RESUMOS

Alessandra da Silva Pereira	Luciana Azevedo Maldonado
Amanda da Silva Franco	Michel Carlos Mocellin
Ana Carolina Veiga de Oliveira	Mônica do Vale de Carvalho
Carla Belfort	Monique Souza da Rocha
Elaine Cristina de Souza Lima	Nathália César Nunes
Eloah Costa de Sant Anna Ribeiro	Poliana Aparecida Vitorio Machado Longo
Giani Moliari do Amaral Serra	Simone Augusta Ribas
Giulia Maria Ferreira da Silva	Simone Souza dos Santos
Izabel Cristina Oliveira da Silva Joia	Taís Ariza Alpino
Larissa da Costa Oliveira	Talita Barbosa Domingos
Leonardo dos Santos Nunes	Thais Salema Nogueira de Souza
Luana Teixeira Ghiggino	



SUMÁRIO

	Pág.
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO NUTRICIONISTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE	6
A IMPORTÂNCIA NEGLIGENCIADA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	7
ASSESSORIA E MONITORAMENTO DO PNAE EM ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS E APRENDIZADOS	8
IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS MANIPULADOS: VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE NAS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (UANES)	9
AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (CTUR)	10
RELATO DE EXPERIÊNCIA – E-BOOK “SABOR DA MERENDA”: A COZINHA COMO ESPAÇO DE AFETO, SABER E CRIAÇÃO EM DELFINÓPOLIS/MG	11
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES E PRÁTICAS OPERACIONAIS EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	12
JOGO EDUCATIVO DE CARTAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ENVOLVENDO EDUCAÇÃO NUTRICIONAL EM JOVENS DO ENSINO MÉDIO	13
O NUTRICIONISTA E POSSIBILIDADES DE AÇÕES EM PROL DO ALEITAMENTO MATERNO EM CRECHES PÚBLICAS	14
AVALIAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE NUTRICIONISTAS NA REDE PÚBLICA	15
PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE POR MEIO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL REALIZADA PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA DE PETRÓPOLIS-RJ	16
OFICINA REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO PNAE NO PIAUÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO ACADÊMICA DE NUTRIÇÃO PELO CECANE UFPI	17
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CONSTRUÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS	18
SABORES QUE EDUCAM: OFICINAS CULINÁRIAS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS DE SÃO GONÇALO	19
BRINCANDO E APRENDENDO: GINCANA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO GONÇALO	20
PROJETO DE HORTAS ESCOLARES EM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FORMA INCLUSIVA EM UM ESTUDO DE CASO	21
VIVÊNCIA EXTENSIONISTA EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ABORDAGEM INTERATIVA COM CRIANÇAS	22
A QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AVALIADA PELO IQCOSAN E OS IMPACTOS DA RESOLUÇÃO Nº 6/2020	23
TEOR DE MACRONUTRIENTES NOS CARDÁPIOS ESCOLARES DE ALFENAS-MG, ANTES E DEPOIS DA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO FNDE Nº 6/2020	24
JORNADA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO FNDE COMO PONTO DE PARTIDA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO	25
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM PRÉ-ESCOLARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA OFICINA CULINÁRIA EM CRECHE FILANTRÓPICA	26
PARCERIA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: VALORIZANDO O CARDÁPIO NAS ESCOLAS DE NITERÓI POR MEIO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	27
IMPACTOS DA RESOLUÇÃO Nº 6/2020 NA QUALIDADE MICRO NUTRICIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INFANTIL	28
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TRÊS ETAPAS: OBSERVAÇÃO, DIAGNÓSTICO E EDUCAÇÃO ALIMENTAR	29



FORMAÇÃO PARTICIPATIVA E APRENDIZAGENS SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO NO CONTEXTO DO PNAE EM CRECHES PÚBLICAS	30
GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	31
ATUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS NUMÉRICOS DE NUTRICIONISTAS DO PNAE: VARIAÇÕES REGIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO À LUZ DA RESOLUÇÃO CFN Nº 789/2024	32
DIAGNÓSTICO DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	33
ANÁLISE DE CARDÁPIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM DOIS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO: ÊNFASE NA REGIONALIDADE E SOCIOBIODIVERSIDADE	34
PANORAMA DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO RIO DE JANEIRO	35
CARRINHO DE COMPRAS, ESCOLHAS E IMAGINAÇÃO: PERCEPÇÃO NUTRICIONAL COM CRIANÇAS DE 4 ANOS EM MARMELÓPOLIS/MG	36
HORTA ESCOLAR COMO ELEMENTO PEDAGÓGICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA	37
ANÁLISE DO PROGRAMA HORTA CARIOCA CRIADO PELA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO E IMPLEMENTADO NAS COMUNIDADES E UNIDADES ESCOLARES	38
SISTEMA ALIMENTAR SAUDÁVEL: O QUE A FREQUÊNCIA NA VISITA À HORTA AFETA NA ESCOLHA DO PRATO DE ESCOLARES	39
ACOMPANHAMENTO DO RISCO PARA INSEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE ESTUDANTES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA DE PETRÓPOLIS-RJ ENTRE OS ANOS DE 2023 E 2024	40
criação das mamotecas: promovendo e protegendo o aleitamento materno nas escolas municipais de Ribeirão Preto (SP)	41
AMBIENTE ALIMENTAR COMUNITÁRIO E ADEÇÃO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SUMIDOURO-RJ	42
DISTRIBUIÇÃO DE BANANAS DESIDRATADAS PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS DE MARICÁ-RJ	43
DESENVOLVENDO CONHECIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE DESDE A INFÂNCIA NA ESCOLA, UTILIZANDO UMA ABORDAGEM DE PENSAMENTO COMPUTACIONAL – INSIGHTS DO SELEA BRASIL-DINAMARCA	44
AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS DOMICÍLIOS DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE PETRÓPOLIS/RJ	45
ALIMENTOS REGIONAIS E DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ANÁLISE DE CARDÁPIOS DE CRECHES FLUMINENSES	46
INSEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: PANORAMA COMPARATIVO ENTRE OS DOMICÍLIOS COM MENORES DE CINCO ANOS	47
INSEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS COM CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS, SEGUNDO ÁREA URBANA E RURAL DO BRASIL	48
AVALIAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS E INCONFORMIDADES EM UMA ESCOLA PRIVADA EM NITERÓI – RJ RDC Nº 216/2004 - RDC Nº 275/2002	49
VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE CARDÁPIO ESCOLAR A BASE DE JACA VERDE, PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM NOVA IGUAÇU – RIO DE JANEIRO	50
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA LANCHEIRA DE ESCOLARES EM UMA ESCOLA PRIVADA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS-RJ	51
METODOLOGIAS ATIVAS NO COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES EM UMA UAN ESCOLAR	52
ASSESSORIA REMOTA CONDUZIDA PELO CECANE-UFF PARA IMPLEMENTAÇÃO DE HORTAS E COMPOSTAGEM EM ESCOLAS PÚBLICAS: DEMANDAS E ENCAMINHAMENTOS	53
NUTRIÇÃO EM FOCO: JOGO EDUCATIVO COMO FERRAMENTA LÚDICA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR NO ENSINO MÉDIO	54



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIA COM PANCS EM UMA CRECHE PÚBLICA DE TOLEDO - MG	55
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRIÇÃO PARA A EQUIPE PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS COM FOCO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E SUSTENTABILIDADE	56
NUTRIÇÃO EM FOCO: JOGO EDUCATIVO COMO FERRAMENTA LÚDICA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR NO ENSINO MÉDIO	57
PROTAGONISMO DE ESTUDANTES E MERENDEIRAS NA VALORIZAÇÃO DA MANDIOCA NO COTIDIANO ESCOLAR RURAL	58
NUTRINDO SORRISOS: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR A PARTIR DO ACOLHIMENTO E ESCUTA ATIVA NO RESTAURANTE ESCOLAR DO SESC	59
SEMEANDO SABORES, COLHENDO SAÚDE: ESTRATÉGIAS LÚDICAS PARA A ACEITAÇÃO DO CARDÁPIO NA CRECHE	60
RELATO DE EXPERIÊNCIA: LEI MUNICIPAL Nº7987/2023 COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À OBESIDADE INFANTIL E SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO PARA A NUTRIÇÃO DO FUTURO NAS ESCOLAS PÚBLICAS CARIOCAS	61



A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO NUTRICIONISTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Gilvan Costa Farias Júnior (nutrigilvancfjr@hotmail.com)
Universidade do Estado de Minas Gerais - (UEMG)

Palavras-chave: valorização; nutricionista; alimentação escolar.

Atuar como nutricionista responsável técnico da alimentação escolar em um município de pequeno porte no interior de Minas Gerais é um grande desafio. O objetivo desse trabalho é de valorizar a importância da atuação e atribuições do nutricionista na alimentação escolar. Minha rotina, por exemplo, conta com o atendimento de 10 instituições, mais da metade em distritos rurais, acessíveis apenas por estradas de terra. Fazer gestão da alimentação escolar sozinho, demanda do nutricionista, ainda mais especialmente em municípios menores, um papel multifacetado: planejar cardápios, elaborar fichas técnicas, realizar visitas técnicas, capacitação de merendeiras, fiscalizar as boas práticas e garantir o cumprimento das legislações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme regulamenta a Resolução FNDE nº 6/2020. Na prática, a logística de deslocamento e a sobrecarga de tarefas administrativas obstaculiza a atuação mais constantes e imediata com as crianças, especialmente no que tange às ações de educação alimentar e nutricional (EAN), que são fundamentais para o sucesso do programa. Ainda assim, cada momento em que consigo estar presente nas escolas e observar a aceitação dos alimentos, ouvir as crianças e dialogar com a equipe escolar, reafirmo a importância da presença técnica e humana do nutricionista no ambiente escolar. As atribuições do nutricionista vão além da elaboração de cardápios; ela reitera o compromisso com a saúde, o direito à alimentação adequada das crianças. Todavia, para que esse trabalho alcance o seu apuro, é importantíssimo que haja reconhecimento e valorização desse profissional não apenas pela gestão pública, mas por toda a comunidade escolar. O exalçamento do nutricionista escolar é, antes de mais nada, um investimento na qualidade de vida e no futuro dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, onde a escola representa, muitas vezes, o principal acesso à alimentação saudável. Como destaca Triches e Silva (2017), o nutricionista escolar é um agente essencial na promoção da segurança alimentar e nutricional, sendo sua atuação estratégica para a efetividade do PNAE. Reforça-se, portanto, a urgência de políticas que ampliem o quadro técnico, garantindo condições adequadas de trabalho e atuação ética, técnica e transformadora em prol das crianças.

Referência

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020.
TRICHES, R. M.; SILVA, M. V. A atuação do nutricionista no PNAE: desafios e possibilidades. Demetra, v. 12, n. 4, p. 949-964, 2017.



A IMPORTÂNCIA NEGLIGENCIADA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Gabriela Haide Ribeiro Wiwaldo (gabriela.wivaldo@sou.unifal-mg.edu.br), Ana Karolina Custodio Mesquita (ana.karolina@sou.unifal-mg.edu.br)

Universidade Federal de Alfenas

Palavras-chave: políticas de saúde; serviços de alimentação; estudantes.

Objetivo: Este trabalho tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva sociológica, as causas da negligência na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil. Parte-se da hipótese de que essa negligência não é acidental ou pontual, mas sim sistemática, refletindo estruturas sociais, políticas e econômicas que desvalorizam a alimentação escolar enquanto política pública estratégica. **Metodologia:** A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica aprofundada, articulando estudos contemporâneos sobre políticas públicas, alimentação e desigualdades sociais com contribuições clássicas da Sociologia, especialmente a teoria da “jaula de ferro” de Max Weber, que permite compreender como a burocratização excessiva pode comprometer a efetividade das ações públicas. **Resultados:** A análise revela que a negligência no PNAE está vinculada a múltiplos fatores estruturais, com destaque para dinâmicas de controle e poder que dificultam a plena realização de seus objetivos. A atuação do Estado, frequentemente atravessada por pressões econômicas e interesses privados, tem contribuído para a descaracterização do programa, afastando-o de seu compromisso com a segurança alimentar e nutricional. Os impactos dessa negligência são amplos e profundos: comprometimento da saúde e do desenvolvimento cognitivo dos estudantes; aumento dos índices de evasão escolar; fragilização da agricultura familiar e da economia local; e a erosão da confiança nas instituições públicas, afetando negativamente a participação cívica e o controle social. **Conclusões:** Conclui-se que a negligência da alimentação escolar constitui um fenômeno multifacetado, intimamente ligado às desigualdades históricas e às disputas por hegemonia no campo das políticas sociais. Superar esse cenário exige uma abordagem intersetorial e um compromisso político contínuo com a valorização da alimentação escolar. Para isso, é imprescindível simplificar os processos burocráticos, adaptar os cardápios à diversidade cultural e regional, investir na formação e contratação de profissionais qualificados, além de fortalecer os mecanismos de participação e controle social. Reconhecer a alimentação escolar como um direito fundamental e um investimento estratégico no capital humano é essencial para que o PNAE cumpra plenamente sua função social, contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, saudável e equitativo.

Referências

- CHAVES MEDEIROS, L. G. *et al.* Setenta anos de atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar: resgate histórico, parâmetros numéricos de referência, reflexões e perspectivas. *Revista de Nutrição*, v. 38, e240119, 2025.
- DORIA, N. G.; MARQUES, P. E. M. Alimentação escolar no Brasil. *Nexo Políticas Públicas*, 12 jul. 2022 (atualizado 13 mai 2024). Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2022/07/12/alimentacao-escolar-no-brasil/>>.
- FNDE. Encontro Nacional do PNAE destaca avanços e desafios da alimentação escolar. Portal Gov.br, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/encontro-nacional-do-pnae-destaca-avancos-e-desafios-da-alimentacao-escolar>>.
- MATAREZIO FILHO, E. T.; PEDROSA, H. C. Mapa na alimentação escolar e soberania alimentar dos Ticuna (Magüta). *Revista de Antropologia (São Paulo, Online)*, v. 67, e209413, 2024.
- RABELLO, M. C. M. *et al.* A pandemia de COVID-19 e a insegurança alimentar e nutricional na região Sudeste do Brasil: perspectivas sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 6, 2025.
- SABINO, C. Merenda escolar e mobilização social: implicações teóricas de um projeto social na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 12, 2024.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004



ASSESSORIA E MONITORAMENTO DO PNAE EM ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS E APRENDIZADOS

Gabriela Helena Gomes Alem (gabialem@edu.unirio.br), Thaysa Christina Mendonça Lourenço (thaysachristina@edu.unirio.br), Luciana Diniz (diniz.nutri@gmail.com), Erika Pfaltzgraff (erikapfaltzgraff@gmail.com), Eloá Reis (eloarp@unirio.edu.br), Alessandra da Silva Pereira (alessandra.pereira@unirio.br), Michel Mocellin (michel.mocellin@unirio.br), Elaine Cristina de Souza Lima (elaine.lima@unirio.br)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE)

Palavras-chave: monitoramento; alimentação escolar; PNAE; controle social; educação nutricional.

Objetivo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese diagnóstica da situação da alimentação escolar em 24 escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, com base nos dados coletados em 2025 pelo produto de assessoria e monitoramento CECANE UNIRIO. A proposta é avaliar a conformidade das práticas escolares com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando à promoção do direito humano à alimentação adequada e à melhoria da gestão do programa. Metodologia: A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados elaborados pelo FNDE, aplicados nas escolas acompanhadas. O instrumento continha 36 perguntas que abordaram aspectos como gestão da alimentação escolar, práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), infraestrutura das cozinhas e condições de trabalho dos manipuladores de alimentos. A análise foi pautada nos parâmetros legais do PNAE e em princípios de segurança alimentar e nutricional. Resultados: Os resultados indicaram elevados índices de inadequação. Em 79% das escolas, não há controle de temperatura de geladeiras e freezers; 41% apresentaram falhas na capacitação das merendeiras em higiene e saúde; 33,3% não utilizam o Manual de Boas Práticas; e 20,8% realizam armazenamento inadequado de alimentos. Em relação às ações pedagógicas, 70,83% não receberam formação em EAN e 75% não utilizam hortas como recurso educativo. O CAE não visitou as escolas com a frequência mínima exigida em 75% dos casos, e apenas 37% das escolas registram o consumo da alimentação escolar pelos alunos. Por outro lado, alguns pontos apresentaram 100% de conformidade: publicação do cardápio, uso exclusivo da cozinha, controle de estoque por PEPS/PVPS, manejo adequado de produtos vencidos e comunicação institucional da EEx sobre o CAE. Conclusões: Os dados evidenciam fragilidades importantes na implementação das diretrizes do PNAE, tanto no aspecto operacional, pedagógico e higiênico, indicando a necessidade de ações estruturadas para qualificação da alimentação escolar, com foco na formação continuada dos profissionais, melhoria da infraestrutura e fortalecimento das práticas educativas e de monitoramento.

Referências

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 89, p. 71-74, 11 maio 2020.

BRASIL. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Instrumento de Monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>.

CECANE UNIRIO. Relatórios Técnicos de Monitoramento do PNAE. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2025. (documento interno não publicado)



IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS MANIPULADOS: VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE NAS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (UANEs)

Yasmin Domingues Castro (yasmin.domingues@soulasalle.com.br), Sueny de Oliveira Santos (sueny.santos@soulasalle.com.br), Julia Espiuca Martins do Amaral Ferraz (julia.ferraz@soulasalle.com.br), Fabiana Vicente Queiroz Da Silva Abreu (fabiana.abreu@soulasalle.com.br), Victor Jonas Da Rocha Esperança (victorjonas.esperanca@gmail.com).

Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (UniLaSalle-RJ)

Palavras-chave: boas práticas; refeições; alimentos; segurança alimentar.

Objetivo: Verificar as práticas de identificação por etiquetas em duas UANEs, avaliando sua conformidade com a RDC nº 275/2002 e 216/2004 reforçando a importância atuação do nutricionista nestes ambientes. **Metodologia:** Para este estudo foi adotado o uso de observação in loco, durante os meses de março até junho de 2025, em duas UANEs no município de Niterói, sendo a UANE 1 localizada em Santa Rosa, de origem particular com 4 funcionários na cozinha, no contraturno, e a UANE 2 localizada em São Francisco, também de origem particular com 6 funcionários, período integral. Além disso, foi elaborado um questionário com base nas RDCs para verificar os erros e acertos das unidades, composto por 20 perguntas pontuadas, com resposta “sim (2 pontos)”, “não (0 pontos)” e “às vezes (1 ponto)”, a qual validam pontos diferentes para chegar ao resultado final, sendo a unidade classificada entre "crítica" e "excelente" no ranking de 0- 40 pontos. **Resultados:** Foi possível constatar que as duas UANEs, inicialmente apresentavam uma classificação insatisfatória pelo método observacional ambas tendo pontuações abaixo de 15 pontos. Após treinamentos e capacitação mensais, lideradas pela equipe de nutrição, com temas de segurança alimentar, higiene e boas práticas, as unidades obtiveram 38 pontos, correspondente a classificação de excelente. Ou seja, ambas apresentavam boas práticas nas identificações de produtos e manipulação dos alimentos. **Conclusão:** A realização da pesquisa nas UANEs evidenciou como treinamentos e reforço das normas podem melhorar a qualidade das práticas adotadas nas unidades. Além disso, permitiu compreender a importância da correta identificação dos produtos manipulados por meio das etiquetas e da necessidade de se ter uma equipe bem treinada e orientada. O uso adequado dessas identificações bem como o trabalho do nutricionista é fundamental para garantir a segurança dos alimentos e o cumprimento da legislação vigente no ambiente escolar.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Regulamento técnico de boas práticas para serviço de alimentação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de nov. 2002. Seção 1, p. 128-130. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/anexos/anexo_res0275_21_10_2002_rep.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.2.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 set. 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html. Acesso em: 05 jul. 2025 3.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre o Código de Ética e de conduta do nutricionista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de fev. 2018. Seção 1, p. 165. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wpcontent/uploads/resolucoes/resolucoes_old/Res_600_2018.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.



AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (CTUR)

Fernanda Travassos de Castro¹ (fertcastro@ufrj.br), Hugo Hermsdorff das Neves² (hugohneves@yahoo.com.br), Daniele Custódio Gonçalves das Neves³ (dani.custodioneves@gmail.com), João Gabriel V. Ribeiro da Silva⁴ (joaogvalentim@ufrj.br), Maria Luzia Borges Vieira⁵ (marialbvieira@ufrj.br), Mirella da Silva Reis⁶ (mirellareis@ufrj.br), Katia Cilene Tabai⁷ (ktabai@ufrj.br)

¹²⁴⁵⁶Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR); ³Doutoranda pela Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); ⁷Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; Programa Nacional de Alimentação Escolar; segurança alimentar e nutricional; agricultura familiar; alimentação escolar; políticas públicas de alimentação.

Objetivo: Analisar as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR). Metodologia: O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Rural (CEP), sob os protocolos nº 705/797/2016. Foram realizadas entrevistas com gestores, análises de dados institucionais e acompanhamento no local, de setembro de 2024 a julho de 2025. Resultados: No CTUR, ainda não há implantação do PNAE¹ os alunos acessam à alimentação escolar deslocando-se até o Restaurante Universitário da UFRRJ, distante do colégio. O projeto “Ações de Educação Alimentar e Nutricional” fomenta a agricultura familiar local e sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos². A EAN³ em prol da melhoria da qualidade na alimentação, saúde e meio ambiente dos alunos⁴ é feita por meio da disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha do CTUR⁵, que utiliza a produção agroecológica do produtor local, dos espaços produtivos (animal e vegetal) do colégio, como as Plantas Alimentícias Não Colonizadas - PANCs e da Feira de Agricultura Familiar da Universidade Rural (FAF/UFRRJ), que comercializa produtos agroecológicos e orgânicos⁵. Nos últimos três anos os alimentos foram adquiridos em maior quantidade e melhor qualidade, devido ao apoio financeiro da Organização Não Governamental “Be The Earth”. A nova gestão do CTUR pretende viabilizar a entrega de refeições prontas, disponibilizadas pela empresa terceirizada que atende ao Restaurante Universitário, adaptando o quiosque de convivência do colégio, local onde os alunos se alimentam, para a distribuição gratuita de todas as refeições aos 798 discentes matriculados. O valor disponível para aquisição das refeições é insuficiente, de apenas 11,12%, por isso, segundo os gestores, haverá necessidade de reduzir o número de bolsas de auxílio financeiro aos discentes e de visitas técnicas, para reduzir os custos e remanejar o recurso para viabilizar o pagamento da alimentação aos alunos. Conclusão: O PNAE permanece pendente e os alunos continuam em situação de insegurança alimentar. Sugere-se a viabilidade de restaurante próprio no colégio, para implantar o PNAE, garantir o direito à alimentação escolar e alcançar a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Referências

- [1] BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://encurtador.com.br/GgJX>. Acesso em: 12 maio 2025.
- [2] WEINTRAUB, K; H; RODRIGUES, C; G; O; TABAI, K; C. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Conservação dos Ecossistemas: a intersectorialidade nas políticas públicas. *Faz Ciência*, v.23, n. 37, p.56-78, 2021.
- [3] WITTMANN, E. B. B. *et al.* Estratégias de educação alimentar e nutricional no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR). *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 30, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8670809>.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos. Termo de Referência no 154. Seropédica, RJ, 2023. Disponível em: <https://sipac.ufrj.br/documentos>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- [5] CARVALHO, N. P. N. *et al.* Gastronomia funcional como estratégia ao turismo rural: alimentos agroecológicos nas aulas do curso de hospedagem do Colégio Técnico -UFRRJ. In: BRAMBILA, A.; *et al.* (Org.). *Turismo hotelaria no contexto do turismo rural*. 1ed. João Pessoa: CCTA, 2025. v.1, p. 178-215.



RELATO DE EXPERIÊNCIA – E-BOOK “SABOR DA MERENDA”: A COZINHA COMO ESPAÇO DE AFETO, SABER E CRIAÇÃO EM DELFINÓPOLIS/MG

Gilvan Costa Farias Júnior¹ (utrigilvancfjr@hotmail.com), Philippe Diogo Alves da Silva² (philippe.silva@ifsuldeminas.edu.br), Laiane de Oliveira Nuñez³ (laiane.cecane@gmail.com)

¹Prefeitura Municipal de Delfinópolis; ²UFLA; ³CECANE IFSULDEMINAS

Palavras-chave: sabor da merenda; merenda escolar; merendeiras escolares

A construção do e-book “Sabor da Merenda” foi uma experiência coletiva simbólica e transformadora para a rede municipal de educação de Delfinópolis/MG. Idealizado pelo Nutricionista Responsável Técnico da Alimentação Escolar, o projeto teve como objetivo valorizar merendeiras escolares enquanto agentes de cuidado, cultura e educação alimentar, reunindo receitas criadas por elas no cotidiano das escolas públicas do município. A proposta partiu de um convite sensível: que cada merendeira elaborasse uma receita doce e/ou salgada utilizando ingredientes fornecidos pelo PNAE, com base na agricultura familiar. O desafio não era apenas culinário, era também afetivo e criativo. Ao desenvolverem suas receitas, as profissionais compartilharam mais do que técnicas ou sabores. Compartilharam memórias, afetos e histórias que atravessam suas trajetórias dentro das cozinhas escolares. O processo de escuta e registro das receitas também foi um momento potente de reconhecimento e protagonismo. Cada prato apresentado trazia consigo uma narrativa: o carinho com os alunos, a alegria de ver uma criança experimentar um novo alimento, o orgulho de transformar ingredientes simples em refeições nutritivas e saborosas. As receitas como o pãozinho de milho verde, a torta de sobra de arroz e o brigadeiro de banana foram testadas, apreciadas pelos estudantes e, enfim, reunidas em um e-book gratuito, acessível a toda a comunidade. Mais do que um livro de receitas, o e-book se tornou um documento de memória viva e resistência, que fortalece a identidade das merendeiras como educadoras do cotidiano. Com essa ação, Delfinópolis dá um passo importante na valorização do trabalho invisibilizado dessas mulheres, reafirmando que a merenda escolar é um ato pedagógico, cultural e político. A experiência deixa como legado o reconhecimento de que cozinhar na escola é também semear saberes e afetos e que o sabor da merenda é, antes de tudo, o sabor do cuidado. Essa valorização ganha ainda mais significado diante da realidade vivida no município, com um território extenso, mais de dez instituições escolares sendo sete localizadas em distritos rurais, a até 90 km da sede por estradas de terra. Apesar dos desafios logísticos e estruturais, cada escola é atendida com zelo e comprometimento, respeitando suas singularidades.

Referências

GOMES, Kelly dos Santos; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. Dialogando sobre as possibilidades e desafios das merendeiras nas ações de Educação Alimentar e Nutricional. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 55-68, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2018.31340>.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE.



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES E PRÁTICAS OPERACIONAIS EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Júlia Rodrigues Monteiro de Castro (div.nutriescolar@educacao.pmrp.sp.gov.br), Patrícia Vieira Marques (patriciavieira@educacao.pmrp.sp.gov.br), Larissa Santos da Silva (larissasilva@educacao.pmrp.sp.gov.br), Renata Fernanda Benedito (renatabenedito@educacao.pmrp.sp.gov.br), Carina Carlucci Palazzo (carinapalazzo@educacao.pmrp.sp.gov.br)

Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Palavras-chave: gestão da qualidade; boas práticas de manipulação; segurança dos alimentos.

Objetivo da experiência: Esta experiência originou-se das visitas técnicas de rotina realizadas pelas nutricionistas às Unidades de Alimentação Escolar (UAE), com o objetivo de desenvolver e aplicar um instrumento padronizado de avaliação das condições estruturais e operacionais, visando à identificação de não conformidades, priorização de demandas, qualificação da gestão e promoção da segurança alimentar na rede pública municipal. Descrição da experiência: A experiência foi conduzida por equipe técnica da Divisão de Nutrição Escolar, no contexto de visitas de rotina às escolas da rede pública. Antes da implantação do instrumento, as informações das visitas técnicas ficavam dispersas em relatórios descritivos, sem um banco de dados unificado que permitisse comparações entre unidades, monitoramento ao longo do tempo ou geração prática de indicadores. Qualquer análise exigia a abertura manual de cada relatório. Diante disso, foi elaborada uma planilha técnica estruturada em quatro eixos: estrutura física, documentação, boas práticas e registros/controles. Cada item foi avaliado com notas de 1 (gravíssimo) a 4 (excelente), exceto o eixo de documentação, preenchido com datas e automaticamente classificado como “OK”, “Renovar” ou “Vencido”. Entre os itens observados, destacam-se: piso, parede, teto e iluminação; presença de coifa; lavatório exclusivo para as mãos; laudos (limpeza da caixa d’água e Atestado de Saúde Ocupacional); Procedimentos Operacionais Padronizados, Manual de Boas Práticas, cartazes de higienização (hortifruti e mãos); uso de uniforme e Equipamento de Proteção Individual; organização do estoque; e planilhas de controle de temperatura (recebimento, distribuição e equipamentos). Também foram registradas a existência de cantina e realização de ações de educação alimentar e nutricional. Resultados/Aprendizado: A aplicação do instrumento revelou fragilidades que não estavam sendo sistematicamente registradas, contribuindo para o mapeamento de situações críticas e a priorização de intervenções. A planilha também facilitou a comunicação entre os setores da Secretaria de Educação, possibilitando encaminhamentos mais rápidos e fundamentados. Observou-se melhora na qualidade dos registros e maior engajamento das gestoras escolares a partir do uso de evidências visuais e comparativas. Conclusões e/ou recomendações: O instrumento mostrou-se eficaz para diagnóstico situacional e gestão da alimentação escolar, permitindo ações mais direcionadas e embasadas. Recomenda-se sua ampliação, aperfeiçoamento contínuo e capacitação das equipes para seu uso padronizado.

Referência

SÃO PAULO (Estado). Centro de Vigilância Sanitária. Portaria CVS nº 5, de 09 de abril de 2013. Dispõe sobre o regulamento técnico sobre boas práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 10 abr. 2013.



JOGO EDUCATIVO DE CARTAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ENVOLVENDO EDUCAÇÃO NUTRICIONAL EM JOVENS DO ENSINO MÉDIO

PALARINO, Ana Clara Luiz (anaclp@alu.unifase-rj.edu.br); MONKEN, João Felipe (joaofm@alu.unifase-rj.edu.br); PAULA, Latifah Costa (latifahcp@alu.unifase-rj.edu.br); WAYAND Raquel dos Santos (aquelws@alu.unifase-rj.edu.br); VITOR, Luiz Felipe Pereira (luizfpv@alu.unifase-rj.edu.br); ARAÚJO, Elenice Maria Gonçalves; BORTOLINI, Maria Regina
Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto

Palavras-chave: educação nutricional; jogos; adolescentes; alimentação saudável; nutrição comportamental.

Introdução: A adolescência é uma fase importante para a formação de hábitos alimentares. A educação nutricional, quando inserida de forma lúdica e significativa favorece o aprendizado e a reflexão sobre escolhas alimentares, desmistificando estigmas referentes a esse tema. Nesse contexto, a utilização de jogos educativos pode ampliar o interesse dos jovens pelo tema e promover uma abordagem emocional e cultural da alimentação. Objetivo da experiência: Desenvolver e aplicar um jogo de cartas educativo com abordagem lúdica e interdisciplinar, envolvendo nutrição, antropologia e emoções, com alunos do ensino médio do Colégio Dom Pedro II. Descrição da experiência: A atividade integrou disciplinas de Antropologia e Administração de Unidades de Alimentação em Nutrição, no contexto de um projeto de extensão. Inicialmente, foi realizada uma observação etnográfica durante o intervalo escolar, com foco nas práticas alimentares dos alunos. A partir disso, foi criado um jogo de cartas com personagens que representavam emoções relacionadas aos alimentos (alegria, tristeza, ansiedade, medo e nojo), associando-os a diferentes tipos de alimentos e respectivos hábitos. O jogo incluía também um tabuleiro ilustrando um prato com divisões alimentares, no qual os alunos posicionavam as cartas conforme suas escolhas e conhecimentos, apresentando justificativas com base nas emoções. Erros levavam a pequenas penalidades lúdicas. Resultados: A adesão ao jogo foi positiva, com participação ativa dos alunos. Em contrapartida, alguns se sentiram intimidados pela abordagem por influência do julgamento social. Para os estudantes de Nutrição, a experiência foi enriquecedora, promovendo uma troca de conhecimentos e a aplicação prática e lúdica dos conteúdos aprendidos em sala. Conclusão: Atividades lúdicas devem ser mais exploradas na educação nutricional, pois ensinar sobre a importância de uma alimentação saudável e balanceada utilizando ferramentas como essa fortalecem a interdisciplinaridade e o aprendizado, favorecendo a replicação em outras escolas e contextos educativos.

Referências

- SILVA, M. X. *et al.* Ciências & Cognição. Rio de Janeiro, 2013.
BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. Revista de Nutrição. Campinas, 2005.
OLIVEIRA, J. C. *et al.* Cadernos da Escola de Saúde. Curitiba, 2013.



O NUTRICIONISTA E POSSIBILIDADES DE AÇÕES EM PROL DO ALEITAMENTO MATERNO EM CRECHES PÚBLICAS

Bárbara Guimarães (barbara_guimaraes@id.uff.br), Ana Clara Cariello (anaclaracariello@id.uff.br), Samantha Carvalho (samanthacarvalho@id.uff.br), Tainá Neves (taina.neves@id.uff.br), Thayane Araújo (thayanearaujo@id.uff.br), Sílvia Pereira (spereira@id.uff.br), Enilce Sally (esally@id.uff.br), Patrícia Camacho Dias (pcdias@id.uff.br), Roseane Moreira Barbosa (roseanesampaio@id.uff.br), Daniele Bastos (danielebastos@id.uff.br), Daniele Mendonça Ferreira (daniele_ferreira@id.uff.br)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: amamentação; alimentação escolar; políticas públicas

Introdução: A incorporação da promoção do aleitamento materno no ambiente escolar, conforme a Nota Técnica nº 3049124/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE, insere o nutricionista como agente fundamental na articulação intersetorial e na execução normativa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sua atuação, sobretudo em creches públicas, demanda não apenas conhecimento técnico, mas também capacidade de mediação entre os setores de saúde, educação e assistência social. **Objetivo:** Analisar a presença e a diversidade das ações institucionais de apoio ao aleitamento materno em creches públicas, considerando o tempo de atuação dos nutricionistas no PNAE e o processo de implementação local das diretrizes da Nota Técnica. **Métodos:** Estudo descritivo e transversal, fundamentado na análise da implementação normativa, com base em dados coletados nos formulários de inscrição das atividades formativas “Amamenta PNAE”, promovidas pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal Fluminense (CECANE UFF), nas modalidades presencial e online. O instrumento continha uma questão fechada com estratificação por tempo de atuação no PNAE e uma questão de múltipla escolha sobre ações institucionais realizadas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 6.071.946). **Resultados:** Entre os 172 nutricionistas participantes, 32 responderam à questão de múltipla escolha sobre ações de apoio à amamentação nas creches públicas. Nutricionistas com mais de 10 anos de atuação no programa se envolveram em número e diversidade maior de ações, comparado com aqueles com menor tempo de atuação. Dentre as ações referidas por nutricionistas com mais tempo no PNAE, destacam-se: viabilização da amamentação no espaço da creche (100%), recebimento de leite humano em frascos estéreis (50%), orientação aos pais quanto ao uso de bicos e chupetas (50%) e estímulo à continuidade da amamentação (50%). Já entre os profissionais com até 5 anos de atuação, 50% relataram ausência total de ações e apenas 13% promoviam a continuidade do aleitamento. Por se tratar de variável de múltipla escolha, os percentuais não são excludentes. **Conclusão:** A permanência do nutricionista no PNAE favorece a institucionalização das ações de apoio ao aleitamento materno, fortalecendo sua capacidade de articulação técnica e política para adaptar normativas às realidades locais. Vínculos profissionais estáveis contribuem para a consolidação de práticas intersetoriais, essenciais à efetividade das políticas públicas na primeira infância.

Referências

- Brasil. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) Nota técnica No3049124/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Brasília: COSAN, 2022; 28 de jul
- Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE no6, 8 de mai de 2020. DOU: 2020; 08 mai.
- Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Estabelece a alimentação escolar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, 17 jun. 2009.



AVALIAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE NUTRICIONISTAS NA REDE PÚBLICA

Patrícia Vieira Marques (patriciavieira@educacao.pmrp.sp.gov.br), Carina Carlucci Palazzo (carinapalazzo@educacao.pmrp.sp.gov.br), Larissa Santos da Silva (larissasilva@educacao.pmrp.sp.gov.br), Renata Fernanda Benedito (renatabenedito@educacao.pmrp.sp.gov.br), Paula Fernanda Arroyo1 (paulaarroyo@educacao.pmrp.sp.gov.br), Júlia Rodrigues Monteiro de Castro (div.nutriescolar@educacao.pmrp.sp.gov.br)

Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Palavras-chave: gestão da qualidade; controle sanitário de alimentos; qualidade dos alimentos.

Objetivo da experiência: Avaliar parâmetros de boas práticas de manipulação de alimentos por meio da aplicação de um instrumento de avaliação das condições e práticas operacionais em unidades de alimentação escolar (UAE) aplicado por nutricionista. Descrição da experiência: Os nutricionistas vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar têm como atividade obrigatória a supervisão das atividades de armazenamento, produção e distribuição de alimentos, visando o cumprimento das boas práticas de manipulação. Entre março e julho de 2025, foram acompanhadas 142 UAE da rede pública municipal de Ribeirão Preto - SP. Foi aplicado um instrumento de avaliação das condições e práticas operacionais em UAE desenvolvido pela equipe técnica do município com critérios relacionados às boas práticas de manipulação e controle de processos críticos, como a existência de lavatório exclusivo para mãos abastecido com sabonete, papel toalha, e preenchimento de planilhas de temperatura (recebimento, produção/distribuição e equipamentos). Cada item foi pontuado em uma escala de 1 (gravíssimo) a 4 (excelente) de acordo com critérios pré-estabelecidos. Quando os itens avaliados não atingiam a pontuação máxima, as nutricionistas realizavam orientações com os cozinheiros, respondendo dúvidas e promovendo adequações, além de agendar uma segunda visita à escola em prazo prioritário. Resultados/aprendizado: No período avaliado, foram realizadas, pelo menos, duas visitas em 54 UAEs. Em parte destas, observou-se melhora nos parâmetros avaliados após primeira visita, o que evidencia a importância do acompanhamento contínuo das unidades. Os itens com piores resultados foram os registros de temperatura de produção/distribuição e dos equipamentos, devido à ausência de preenchimento ou informações incompletas. Isso aponta a importância de um acompanhamento contínuo das UAE para que as boas práticas sejam atendidas. A escuta ativa e o diálogo estabelecido entre nutricionistas e cozinheiras, no momento da visita, mostraram-se oportunidades para sanar dúvidas práticas e contribuir para a melhoria das rotinas de trabalho. Conclusões e/ou recomendações: Observou-se que os parâmetros de boas práticas de manipulação podem melhorar após a visita técnica de nutricionista. A atuação do nutricionista é fundamental para a identificação e correção de não conformidades, contribuindo para a segurança dos alimentos. Recomenda-se o fortalecimento das equipes técnicas de nutricionistas para o acompanhamento contínuo das UAE.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. 2010. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/resolucoes_old/Res_465_2010.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Centro de Vigilância Sanitária. Portaria CVS nº 5, de 09 de abril de 2013. Dispõe sobre o regulamento técnico sobre boas práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 10 abr. 2013.



PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE POR MEIO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL REALIZADA PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA DE PETRÓPOLIS-RJ

Ana Paula Rísoli dos Santos, Caroline Thebald dos Reis Gomes, Izabel Ester Pires, Déborah Cinelli Corrêa Neto.

Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; programa Saúde na Escola; promoção da saúde; prevenção da obesidade.

Objetivo da experiência: Avançar com a promoção à saúde e prevenção de agravos relacionados à obesidade no âmbito escolar, utilizando a educação alimentar e nutricional como estratégia através do Programa Saúde na Escola (PSE) de Petrópolis-RJ. Descrição da experiência: Foram realizados encontros anuais em cada escola e creche pública pactuada à Área Técnica do PSE do município de Petrópolis-RJ, seguindo o preconizado pelo indicador de alimentação saudável e prevenção da obesidade do Programa, um de seus temas prioritários. As atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foram realizadas com nutricionista da equipe do PSE utilizando materiais lúdicos, seguindo orientações dos “Cadernos de Atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável”, almejando facilitar o processo de compreensão e reflexão a respeito da importância da alimentação adequada e saudável. Resultados/Aprendizado: A EAN abrangeu um total de 7664 alunos em 2023 e 7019 alunos em 2024 com idades entre 4 a 19 anos de 26 creches e 42 escolas públicas. Foi observado bom envolvimento por parte da escola e dos estudantes, possibilitando a troca de saberes e o raciocínio crítico a respeito do grau de processamento dos alimentos e o impacto na saúde de diversos alimentos frequentemente consumidos. Estimulou-se o consumo da merenda escolar, escolhas mais saudáveis e a mudança de hábitos de vida para melhoria da qualidade da saúde desde a infância. Conclusões e/ou recomendações: Foi possível avançar nas ações sobre hábitos alimentares e seu reflexo na saúde. Estes dados corroboram no cuidado em populações alvo para prevenção da obesidade entre crianças e adolescentes, se estendendo para a comunidade escolar e as residências destes estudantes, que levam o conhecimento adquirido por toda sua vida. Espaços de diálogo entre os estudantes e profissionais da saúde voltados à promoção da saúde podem estimular melhores desfechos para a saúde coletiva.

Referências

- BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira, 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Caderno de Atividades - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Educação Infantil, 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Caderno de Atividades - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental I, 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Caderno de Atividades - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental II, 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 Anos, 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
- BRASIL. Caderno do Gestor do PSE, 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.



OFICINA REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO PNAE NO PIAUÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO ACADÊMICA DE NUTRIÇÃO PELO CECANE UFPI

Iasmine Almeida Alencar de Castro, Amália de Jesus Moura Sinimbu, Jessica Daniele Lustosa da Silva, Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Marize Melo dos Santos.
Universidade Federal do Piauí.

Palavras-chave: alimentação escolar; agricultura familiar; segurança alimentar e nutricional.

Objetivo da experiência: Relatar a vivência como acadêmica de Nutrição na Oficina Regional da Agricultura Familiar do Território Vale do Rio Guaribas, promovida pelo Centro Colaborador de Alimentação Escolar da Universidade Federal do Piauí (CECANE UFPI), com foco na articulação entre os atores envolvidos na aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Descrição da experiência: A oficina foi realizada no dia 3 de julho de 2025 e contou com a presença de 36 participantes de 6 municípios, entre estes gestores públicos, nutricionistas, agricultores familiares, conselheiros da alimentação escolar e secretários de agricultura. O evento teve como objetivo fomentar o diálogo entre gestores e agricultores e planejar ações específicas de acordo com as necessidades dos municípios. Para isso, discutiu-se acerca da importância da alimentação escolar na valorização da produção local, emissão de notas fiscais, passo a passo para participação de chamadas públicas, foram organizadas rodas de conversa, para exposição de experiências positivas, negativas e como superar as dificuldades. Como estudante de Nutrição, bolsista do CECANE UFPI, participei do apoio técnico, da preparação de materiais a serem utilizados na oficina pelos participantes e da aplicação de questionários com os agricultores para o levantamento de dados a respeito das principais dificuldades enfrentadas na produção e oferta de gêneros agrícolas para a alimentação escolar. **Resultados/aprendizado:** A experiência foi enriquecedora tanto do ponto de vista acadêmico, quanto profissional, uma vez que permitiu a compreensão dos desafios enfrentados na compra de alimentos. Além disso, evidenciou a relevância da atuação intersetorial e da assessoria técnica na implementação das políticas públicas de alimentação escolar. O contato direto com os participantes foi bastante significativo, pois ampliou minha percepção sobre os desafios enfrentados e as potencialidades da agricultura familiar no contexto do PNAE. **Conclusões e/ou recomendações:** Em síntese, a oficina contribuiu positivamente para o processo de fortalecimento da agricultura familiar e boa execução do PNAE, uma vez que possibilitou a ampliação do conhecimento acerca das estratégias que facilitam a articulação entre municípios e agricultores.

Referências

- PAULA, S. da R. *et al.* A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: impactos na renda e na atividade produtiva. Brasília. 2023.
- KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, n. 10, 2020.
- SAMBUICHI, R. H.R. *et al.* Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília. 2022.



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CONSTRUÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Lívia Sousa Aguiar (liviasousa178@gmail.com)

Setor da Alimentação Escolar, Secretaria de Educação do Município de Itapipoca – CE.

Palavras-chave: alimentação saudável; consumo consciente; hábitos saudáveis.

Objetivo da experiência: Promover a conscientização do consumo de alimentos saudáveis, proporcionando reflexões acerca dos hábitos alimentares. Descrição da experiência: Foi realizada uma atividade educativa sobre alimentação saudável em uma escola da rede municipal de Itapipoca–CE, com alunos do Ensino Fundamental I, com idades entre 10 e 11 anos. A ação, desenvolvida de forma lúdica, envolveu todos os estudantes presentes. Inicialmente, os alunos desenharam, em um prato impresso, os alimentos que costumam consumir. Em seguida, participaram de uma roda de conversa sobre os princípios de uma alimentação saudável, aprendendo sobre a composição nutricional ideal de um prato. Utilizando ilustrações, foram apresentados os grupos alimentares e os alimentos que os compõem. Por fim, os alunos montaram, com recortes de alimentos, um prato saudável e compartilharam suas escolhas com a turma, demonstrando o que aprenderam durante a atividade. Resultados: A EAN realizada com os alunos do ensino fundamental I foi um momento de grande valia e aprendizado. Por meio de atividade lúdica e informativa, os estudantes puderam compreender a importância de uma alimentação saudável para o crescimento, o bem-estar e o bom desempenho escolar. Foram debatidas e esclarecidas questões sobre alimentação saudável e sua importância para uma qualidade de vida, melhor desenvolvido físico e cognitivo, além de refletir no rendimento escolar dos estudantes. A participação ativa dos alunos demonstrou o interesse e o envolvimento com o tema, promovendo a reflexão sobre hábitos alimentares e incentivando escolhas mais conscientes no cotidiano. Conclusões: Conclui-se que as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar são fundamentais para a formação de hábitos saudáveis desde a infância. A escola é um espaço privilegiado de aprendizado, onde os alunos não apenas adquirem conhecimentos acadêmicos, mas também desenvolvem valores e comportamentos que levarão para toda a vida. Por meio das atividades de EAN, é possível sensibilizar crianças e adolescentes sobre a importância de uma alimentação equilibrada, prevenir doenças relacionadas à má alimentação e promover o bem-estar físico e mental. Além disso, essas ações fortalecem o vínculo entre saúde e educação, no processo de construção de uma cultura alimentar mais consciente e sustentável.

Referências

- FRANÇA, C. DE J.; CARVALHO, V. C. H. DOS S. DE. Estratégias de educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura. *Saúde em Debate*, v. 41, n. 114, p. 932–948, jul. 2017.
- MURARO, A. P. *et al.* Association of school meals and eating behavior, diet quality, food safety, and BMI among Brazilian students: a systematic review. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 5, p. e14892023, maio 2025.
- SILVA, J. A. *et al.* Adequacy of school menus and national school food program requirements: a systematic review. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 23, p. e20220131, 2023.



SABORES QUE EDUCAM: OFICINAS CULINÁRIAS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS DE SÃO GONÇALO

Isabela de Souza da Costa Brum (isabelabrum.nutri@gmail.com), Pamella Paes De Andrade¹ (pamellapaes1@gmail.com), Jaqueline Borges Lessa¹ (nutri.jaquelinelessa@gmail.com), Bruna de Andrade Messias da Silva¹ (bruna_amestias@hotmail.com), Carla Cristina Gomes da Silva¹ (nutricarlagomes@gmail.com) e Pamela de Abreu Lemos² (pamelaa.lemos@icloud.com)

¹Nutricionista Escolar da Prefeitura Municipal de São Gonçalo- RJ, ²Subsecretária de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

Palavras-chave: alimentação escolar; oficinas culinárias; educação alimentar e nutricional; promoção da saúde; participação familiar.

Objetivo da experiência: Promover a alimentação saudável por meio da elaboração de receitas temáticas, atrativas e nutritivas, ao mesmo tempo em que fortalecem o vínculo entre a escola e as famílias. Descrição da experiência: As atividades ocorreram em datas comemorativas como a Páscoa e o Dia das Mães e datas ao longo do seguimento do calendário escolar. Durante as oficinas, os alunos participaram ativamente das etapas de preparo, desenvolvendo habilidades culinárias, senso de responsabilidade e valorização dos alimentos. Na oficina culinária da Páscoa, foi confeccionado brownie sem açúcar e gordura para alunos da educação infantil. Na oficina do Dia das Mães, destacou-se a participação das responsáveis, que vivenciaram e aprovaram a receita oferecida de pão de queijo de tapioca, gerando maior envolvimento com a alimentação escolar. Já na oficina de cookie saudável sem adição de açúcar e gordura realizada em alunos de educação infantil de uma creche conveniada ao município. Resultados/Aprendizado: Os resultados evidenciaram o impacto positivo das oficinas na aceitação de preparações mais saudáveis pelos alunos, além de despertar o interesse por novos sabores. A presença dos familiares contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o cardápio escolar e aproximar a comunidade do ambiente educativo. As oficinas também se mostraram eficazes na abordagem lúdica de conceitos nutricionais, favorecendo o aprendizado prático e o engajamento das crianças. Conclusões e/ou recomendações: Como conclusão, a experiência reforça que a alimentação escolar pode ser um potente instrumento pedagógico, indo além do fornecimento de refeições, ao integrar ações de educação nutricional e participação comunitária. Recomenda-se a continuidade e ampliação das oficinas culinárias, com planejamento conjunto entre as equipes de nutrição e pedagogia, aproveitando datas comemorativas para ações contextualizadas. Além disso, sugere-se o registro sistemático das oficinas para replicação em outras escolas, incentivando a participação das famílias e valorizando a cultura alimentar local como estratégia de promoção da saúde e do desenvolvimento integral dos estudantes.

Referências

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.: il
- Castro IRR, Souza TSN, Maldonado LA, Caniné ES, Rotenberg S, Gugelmin AS. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. Rev. Nutr.2007; 20(6).



BRINCANDO E APRENDENDO: GINCANA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO GONÇALO

Jaqueline Borges Lessa¹ (nutri.jaquelinelessa@gmail.com), Isabela de Souza da Costa Brum¹ (isabelabrum.nutri@gmail.com), Pamella Paes de Andrade¹ (pamellapaes1@gmail.com), Bruna de Andrade Messias da Silva¹ (bruna_amestias@hotmail.com), Carla Cristina Gomes da Silva¹ (nutricarlagomes@gmail.com) e Pamela de Abreu Lemos² (pamelaa.lemos@icloud.com)

¹Nutricionista Escolar da Prefeitura Municipal de São Gonçalo- RJ, ²Subsecretária de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; oficinas culinárias; alimentação escolar; promoção da saúde; participação familiar; hábitos alimentares saudáveis.

Objetivo da experiência: Promover hábitos alimentares saudáveis por meio do lúdico, desenvolvendo habilidades cognitivas e sociais, com potencial contribuição para o rendimento escolar. Descrição da experiência: Foi realizado uma gincana com jogos lúdicos sobre alimentação. A gincana contou com a participação ativa das turmas, divididas em três equipes: Laranja, Morango e Uva. Os jogos foram elaborados de forma divertida e educativa, com foco na interação e no aprendizado. Entre as atividades, destacou-se o jogo da memória das frutas, a “caixa misteriosa” para estímulo do tato com alimentos variados e um tabuleiro humano com perguntas e desafios sobre alimentação saudável. Resultados/aprendizado: A ação despertou grande entusiasmo entre os alunos, que participaram com engajamento e curiosidade. Ao final, a equipe vencedora foi premiada com medalhas e todos os estudantes receberam o livro infantil "Heróis da Alimentação Saudável" elaborado pela equipe do setor da subsecretaria de alimentação escolar do município de São Gonçalo, reforçando de maneira simbólica e educativa os conteúdos trabalhados. Os principais aprendizados observados foram o aumento do interesse dos alunos por frutas e alimentos saudáveis, a melhoria na interação em grupo, além da fixação de conceitos importantes sobre nutrição de forma leve e acessível. A proposta demonstrou o potencial do brincar como ferramenta pedagógica no contexto da alimentação escolar. Conclusões e/ou recomendações. Conclui-se que ações lúdicas, como gincanas educativas, são eficazes para fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional nas escolas, contribuindo para a formação de hábitos alimentares adequados desde os primeiros anos escolares. Recomenda-se a ampliação dessas atividades no calendário pedagógico e sua integração com outras áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem transversal da alimentação saudável e sustentável.

Referências

- Vale LR, Oliveira MFA. Atividades lúdicas sobre educação nutricional como incentivo à alimentação saudável. *Revista Práxis*. 2016;8(1).
- Vasconcellos CMR, Vasconcellos EMR, Ramos VP *et al*. Estudo de intervenção com escolares utilizando jogo de cartas “o enigma da pirâmide” sobre alimentação saudável. *Cogitare Enferm*. 2022;27.



PROJETO DE HORTAS ESCOLARES EM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FORMA INCLUSIVA EM UM ESTUDO DE CASO

Bruno Ribeiro da Mota, Angelissa Tatyane de Azevedo e Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Palavras-chave: EAN; hortas escolares; inclusão.

O objetivo foi analisar as práticas educativas inclusivas (ou não) dentro do campo de conhecimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) realizadas no Projeto Horta nas Escolas da rede de ensino de uma cidade do interior do Rio de Janeiro. Foi encaminhado por e-mail um formulário eletrônico que buscou identificar quais escolas cultivavam hortas e se estes espaços eram utilizados como ferramentas pedagógicas. Também foi elaborado um questionário com perguntas abertas para os responsáveis pelas hortas, buscando analisar se as ações de EAN estão de acordo com o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREANPP) e se as mesmas estão fortalecendo o processo de inclusão da diversidade dos corpos presentes no campo escolar (Brasil, 2012). A observação participante e análise de conteúdo (Bardin, 2002), foram utilizadas para coleta e tratamento dos dados durante as atividades educativas. Ocorreu aumento considerável da quantidade de escolas que cultivaram hortas pedagógicas, quando comparadas aos anos anteriores. Mesmo com recursos precários, esses instrumentos educacionais conseguiram dar destaque o tema alimentação e nutrição no campo escolar. Porém essas ações de EAN ainda estavam aquém do que se preconiza o MREANPP e o Guia Alimentar para População Brasileira (GAPB) (Brasil, 2012 e 2014). A comunidade escolar ainda enxerga o PNAE sob uma ótica assistencialista e não com o devido caráter pedagógico que este programa tem. Mesmo assim, foram observados avanços significativos de ordem qualitativa e quantitativa no que se refere as ações de EAN ao fortalecimento da sustentabilidade ambiental, econômica e ao resgate da cultura alimentar. Foi perceptível a precária interlocução entre os coordenadores do projeto com os educadores das escolas no que se refere ao ensino colaborativo. Também foi observado que a grande maioria das hortas não tinha acessibilidade física e as ações educativas não estavam dentro do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) segundo Zerbato (2021). Desta forma, percebemos a necessidade de se investir na qualificação dos educadores nas áreas da educação inclusiva e do PNAE.

Referências

- Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70. 2002.
- Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo. Resolução nº 26 DE 17 de junho de 2013.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- Brasil. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
- Zerbato, A. P. Mendes, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e233730, 2021.



VIVÊNCIA EXTENSIONISTA EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ABORDAGEM INTERATIVA COM CRIANÇAS

Maria Eduarda Raielly da Silva, Cecília Maria Resende Gonçalves De Carvalho.
Universidade Federal do Piauí

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; extensão universitária; promoção da saúde; micronutrientes; saúde escolar; formação acadêmica.

Objetivo da experiência: O Projeto “Interação entre Nutrição, Saúde e Meio Ambiente: conhecimentos fundamentais desde a infância” foi realizado por discentes do curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí, vinculados à disciplina de Bioquímica da Nutrição e ao Programa de Educação Tutorial. Teve como objetivo promover ações de educação alimentar e nutricional voltadas à compreensão da importância das vitaminas e dos minerais para a saúde. Descrição da experiência: As atividades ocorreram em uma Escola Municipal de Teresina-PI, envolvendo 66 crianças entre 5 e 10 anos. As atividades incluíram aplicação de questionários diagnósticos, observação do ambiente escolar, apresentações expositivas-dialogadas, jogos, dinâmicas, sessões de pintura e teatro educativo. A estrutura metodológica do projeto foi organizada em quatro eixos: diagnóstico da realidade escolar; capacitação dos discentes; planejamento das ações educativas; execução das atividades com os escolares. Os temas foram abordados com foco na contextualização dos micronutrientes, fontes alimentares, funções fisiológicas e consequências da deficiência. Aprendizado: Durante a aplicação do conteúdo, observou-se o interesse, a participação ativa das crianças e uma boa receptividade. O uso de materiais visuais, analogias com o cotidiano infantil e recursos interativos facilitou a compreensão dos temas. A aplicação de questionários prévios também contribuiu para adequar o nível de aprofundamento das atividades. Do ponto de vista da formação discente, o projeto favoreceu o desenvolvimento de habilidades práticas em educação nutricional, comunicação e didática, promovendo a articulação teoria-prática. A experiência reforça a relevância da extensão universitária como estratégia de intervenção comunitária e de fortalecimento da formação profissional humanizada e crítica. A literatura sustenta a importância das ações de educação alimentar desde a infância como forma de prevenir deficiências nutricionais e incentivar hábitos saudáveis. Segundo Vieira et al. (2025), a inserção de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar contribui significativamente para o desenvolvimento de práticas alimentares mais conscientes e saudáveis. Tombini (2021) destaca que o uso de estratégias lúdicas e a atuação integrada entre nutricionistas e educadores são fundamentais para superar os desafios dessa abordagem. Conclusões: Em síntese, o projeto mostrou-se eficaz como ferramenta de promoção da saúde e de educação alimentar, tanto para os escolares envolvidos quanto para a formação dos discentes extensionistas.

Referências

- TOMBINI, Paula Koehler. Desafios da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar: perspectiva de nutricionistas e educadores. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- VIEIRA, Mahalla *et al.* Educação alimentar e nutricional no âmbito escolar como ferramenta de promoção de saúde: revisão integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 6, p. 1395–1407, 2025.



A QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AVALIADA PELO IQCOSAN E OS IMPACTOS DA RESOLUÇÃO Nº 6/2020

Thais Costa Carvalho¹ (thaiscosta.carvalho@sou.unifal-mg.edu.br), Pedro Henrique Duarte Oliveira¹ (pedro.duarte@sou.unifal-mg.edu.br), Daniel Paranhos Garcia Silva¹ (daniel.garcia@sou.unifal-mg.edu.br), Rafaella Guimarães Moraes Camargo² (guimaraes.rafaella@unifesp.br) e Bruno Martins Dala Paula¹ (brunodala@gmail.com)

¹Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); ²Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Palavras-chave: alimentação escolar; IQCOSAN; qualidade alimentar; ensino fundamental; Resolução nº 6/2020.

Introdução: A Resolução FNDE no 6/2020 trouxe melhorias nos cardápios da alimentação escolar, estimulando a oferta de alimentos in natura e limitando os processados e ultraprocessados. O índice de qualidade de cardápios da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (IQCOSAN) é um instrumento para verificar a qualidade dos cardápios da alimentação escolar durante o processo de elaboração. **Objetivo:** Analisar e comparar a qualidade dos cardápios escolares do ensino fundamental antes e após a Resolução nº 6/2020, por meio do IQCOSAN. **Metodologia:** Trata-se de um estudo documental, com abordagem quantitativa, a partir dos cardápios mensais de fevereiro e setembro dos anos de 2019, 2020, 2023 e 2024. A ferramenta IQCOSAN considera critérios como variedade alimentar, presença de alimentos in natura e ausência de ultraprocessados. A pontuação final foi classificada como: ótimo ($\geq 80\%$), bom (60–79,9%), regular (40–59,9%), ruim (20–39,9%) e péssimo ($< 20\%$). **Resultados:** Verificou-se melhora significativa após a Resolução no 6/2020. Em setembro de 2023, a pontuação foi 84,3%, mantendo-se próxima a 2019 (85%). Em outubro, a classificação subiu de 68,2% (2019) para 83% (2023). Dezembro também evoluiu de 83% para 88%. Em fevereiro e março, os índices passaram de 80,5% e 85,7% (2020) para 84% e 88% (2024), respectivamente. Os avanços estão ligados à exclusão de alimentos ultraprocessados e proibidos, maior variedade alimentar e substituições positivas, como bolos por frutas e mingaus. **Conclusão:** A aplicação do IQCOSAN revelou progresso na qualidade dos cardápios após a nova resolução, reforçando a importância do monitoramento nutricional para assegurar alimentação adequada na escola.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e por meio do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), AUXPE (no 1154/2024).

Referências

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução no 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. IQCOSAN – Indicador de Qualidade da Coleta Seletiva e da Alimentação Escolar nas demais etapas da educação básica. Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE: Karine Silva dos Santos; Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN: Solange Fernandes de Freitas Castro; Elaboração: Renara Guedes Araújo; Colaboração: Ana Flávia de Rezende Gomes et al. Brasília, DF: FNDE, 2022. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/2022/IQCosan%20Demais%20etapas%20v4.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 8. ed. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eMPP>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CARVALHO, Carolina Abreu de et al. Consumo alimentar e adequação nutricional em crianças brasileiras: revisão sistemática. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 211–221, 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rpped.2015.03.002>.



TEOR DE MACRONUTRIENTES NOS CARDÁPIOS ESCOLARES DE ALFENAS-MG, ANTES E DEPOIS DA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO FNDE Nº 6/2020

Thais Costa Carvalho¹ (thaiscosta.carvalho@sou.unifal-mg.edu.br), Pedro Henrique Duarte Oliveira¹ (pedro.duarte@sou.unifal-mg.edu.br), Daniel Paranhos Garcia Silva¹ (daniel.garcia@sou.unifal-mg.edu.br), Rafaella Guimarães Moraes Camargo² (guimaraes.rafaella@unifesp.br) e Bruno Martins Dala-Paula¹ (brunodala@gmail.com)

¹Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); ²Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Palavras-chave: macronutrientes; alimentação escolar; Resolução nº 6/2020; cardápio infantil; avaliação nutricional.

Introdução: Em 2020, a publicação da Resolução no 6 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) atualizou as diretrizes para os cardápios da alimentação escolar, incentivando o uso de alimentos in natura e minimamente processados, ao mesmo tempo em que restringiu o uso de processados e ultraprocessados. **Objetivo:** Avaliar o conteúdo de macronutrientes (carboidratos, proteínas e lipídios) nos cardápios escolares do ensino fundamental do município de Alfenas-MG, antes e após a publicação da Resolução no 6/2020. **Metodologia:** Os cardápios escolares representativos do ensino fundamental nos meses de setembro de 2019, fevereiro de 2020, setembro de 2023 e fevereiro de 2024 foram coletados para análise. As quantidades médias consumidas de cada preparação foram estimadas com base no “Manual da Per Capita” de Lourenção *et al.* (2023) e a composição nutricional calculada pela Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO) e comparados às recomendações do PNAE, para o ensino parcial (30% das necessidades diárias: 710 kcal, 98–115 g de carboidratos, 18– 27g de proteínas e 20–28g de lipídios). **Resultados:** O teor de proteínas foi superior à faixa recomendada em todos os cardápios, em especial para aqueles elaborados após a publicação da resolução (31,97±6,42g em set/2023 e 40,26±5,99g em fev./2024). Os teores de lipídios mantiveram-se dentro dos limites estabelecidos, reflexo da ausência de frituras, carnes e molhos gordurosos dos cardápios. Os carboidratos apresentaram valores próximos ao ideal, sendo ~3% inferior à faixa de referência em fev/2020 (95,08±22,32g). A manutenção de teores adequados de carboidratos é essencial, pois este grupo fornece energia vital para crescimento, aprendizado e desenvolvimento infantil. O teor médio de calorias dos cardápios mensais foi superior ao mínimo recomendado, sendo maior naqueles elaborados após a publicação da Resolução no 6/2020 (772,40±126,45 kcal x 731,15±75,66 kcal, respectivamente) o que contribui com maior atendimento às necessidades energéticas e nutricionais para a faixa etária, com fornecimento balanceado de nutrientes e alimentos mais saudáveis. **Conclusão:** Os dados indicam avanços na adequação nutricional dos cardápios após a publicação da Resolução nº 6/2020, com melhorias no equilíbrio entre calorias, proteínas e lipídios, refletindo maior alinhamento com as diretrizes do PNAE.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e por meio do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), AUXPE (no 1154/2024).

Referências

- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução no 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pjqK>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- LOURENÇÃO, Luiz Felipe de Paiva *et al.* Manual de per capita para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fcWZ>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Tabela Brasileira de Composição de Alimentos – TACO. 4. Ed. Ver. E ampl. Campinas: NEPA/UNICAMP, 2011. Disponível em: <http://www.nepa.unicamp.br/taco/>.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 8. Ed. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eMPP>.
- SAVARINO, G.; CORSELLO, A.; CORSELLO, G. Macronutrient balance and micronutrient amounts through growth and development. *Italian Journal of Pediatrics*, v. 47, n. 1, p. 109, 2021. DOI: 10.1186/s13052-021-01061-0



JORNADA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO FNDE COMO PONTO DE PARTIDA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Carina Carlucci Palazzo (carinapalazzo@educacao.pmrp.sp.gov.br), Helena Bernardes Vassimon (helenabernardes@educacao.pmrp.sp.gov.br).

Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Palavras chave: educação alimentar e nutricional; Jornada de Educação Alimentar e Nutricional; escolas municipais.

Objetivo da experiência: Implementar projetos de educação alimentar e nutricional (EAN) integrados ao Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, de forma transversal aos demais conteúdos curriculares e com participação ativa de diversos atores da comunidade escolar. Descrição da experiência: Esta experiência partiu das atividades propostas pela VII Jornada de Educação Alimentar e Nutricional executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Das 150 escolas municipais ou conveniadas à prefeitura de Ribeirão Preto, 10 se inscreveram na VII Jornada de EAN. No início do ano letivo de 2025, foram realizadas reuniões entre uma das nutricionistas da prefeitura e funcionários destas escolas, incluindo gestoras, professoras e cozinheiras. O objetivo dessas reuniões foi conhecer o PPP das escolas e apresentar o conceito de EAN, bem como a importância de se pensar atividades de EAN de forma contínua e integrada aos demais projetos da escola. Então, a nutricionista orientou as equipes para que elaborassem e executassem as atividades de EAN. Resultados/aprendizado: A parceria entre a equipe técnica da nutrição e o corpo docente das escolas promoveu ganhos significativos, conferindo maior robustez e sentido às práticas de EAN, especialmente por promover continuidade entre as atividades e conexão com os projetos do PPP. Na EEI Pastora Nildete Barbosa Lins, por exemplo, o projeto “Eu de cá, você de lá”, que explorou percepções de identidade cultural e autoimagem infantil, motivou atividades em diversos temas, como atividades sensoriais envolvendo alimentos tradicionais da cultura indígena; oficinas culinárias com receitas do livro “Receitas viajantes” desenvolvido pelos alunos e roda de conversa com a nutricionista da prefeitura e familiares dos alunos. Já na EEI Francesco Cammileri, a colaboração entre professoras e cozinheiras resultou na montagem de uma feira com ilha de degustação de frutas e vegetais, evidenciando a importância de diferentes atores para que atividades de EAN possam ser desenvolvidas. Conclusões e/ou recomendações. A participação na jornada de EAN estimulou a integração da EAN ao PPP das escolas. A atuação da equipe técnica dos municípios em parceria ao corpo docente das escolas é fundamental para que a EAN se consolide como parte efetiva da cultura escolar.

Referências

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). NOTA TÉCNICA Nº 4816230/2025. Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico de escolas da Educação Básica beneficiárias do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas redes federal, estadual, distrital e municipal. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae_otas-tecnicas/2025_ota_Tecnica_48162302025.pdf.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). NOTA TÉCNICA No 2810740/2022. Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos_otaTecnicaEANassinada.pdf.

RUSSO, Giorgia; GENTIL, Patrícia (Orgs.). Alimentação Saudável nas Escolas. Guia para Municípios. 2. ed. São Paulo: IDEC, 2024.



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM PRÉ-ESCOLARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA OFICINA CULINÁRIA EM CRECHE FILANTRÓPICA

Mariana Aguiar Resende, Larissa Santos Martins de Oliveira, Luciana Ribeiro Trajano Manhães
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chaves: saúde infantil; promoção da saúde; hábitos saudáveis; receita.

Objetivo da experiência: Incentivar o consumo de vegetais folhosos, especialmente o espinafre, por meio do preparo lúdico de uma receita nomeada de “Bolinho do Hulk”, estabelecendo um vínculo positivo com o alimento. Descrição da experiência: A ação foi realizada em uma creche filantrópica no município do Rio de Janeiro, com crianças entre 2 e 6 anos. A atividade foi conduzida por discentes e uma docente do projeto de extensão “NutriAção” da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro. As crianças foram levadas ao refeitório, onde receberam aventais e toucas para vivenciar a experiência de forma simbólica e divertida, em seguida os ingredientes foram apresentados com destaque para o espinafre, ressaltando seus benefícios nutricionais e sua associação simbólica à “força do Hulk”. As crianças participaram ativamente do preparo dos bolinhos, misturando os alimentos com o apoio dos extensionistas. Após o preparo da massa, os bolinhos foram assados e servidos no jantar. Ao longo da atividade, reforçou-se a importância de experimentar novos alimentos, com foco na valorização dos vegetais. Resultados/Aprendizado: O uso da oficina culinária como estratégia para promoção da educação alimentar e nutricional (EAN) mostrou-se eficaz, pois apresentou uma nova forma de consumir o espinafre por meio de uma abordagem lúdica associada ao personagem “Hulk”, o que facilitou sua aceitação. A participação ativa no preparo dos bolinhos contribuiu para um ambiente de aprendizado sensorial e afetivo, estimulando autonomia, curiosidade e interação positiva com o vegetal. Conclusões e/ou recomendações: Portanto, a experiência demonstrou o potencial das oficinas culinárias como uma ferramenta eficaz de EAN no contexto pré-escolar. A associação com personagens do universo infantil revelou-se uma estratégia lúdica e atrativa, contribuindo significativamente para o engajamento das crianças na construção de hábitos saudáveis. Diante disso, recomenda-se a continuidade e ampliação dessas iniciativas no ambiente escolar, promovendo, desde a infância, práticas alimentares mais conscientes.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Educação Alimentar e Nutricional. Brasília, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/educacao-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- SILVA, R.; NEVES, F.; NETTO, M. Saúde do pré-escolar: uma experiência de educação alimentar e nutricional como método de intervenção. Revista APS, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 321–327, abr./jun. 2016.
- VIANA, V.; SANTOS, P. L.; GUIMARÃES, M. J. Comportamento e hábitos alimentares em crianças e jovens: uma revisão da literatura. Psicologia, Saúde & Doenças, Lisboa, v. 9, n. 2, p. 209–231, 2008.



PARCERIA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: VALORIZANDO O CARDÁPIO NAS ESCOLAS DE NITERÓI POR MEIO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ana Cristina M. Freitas Cordeiro¹, Aline Soares de Souza¹, Ana Paula Black Dreux¹, Camila Fonseca de Andrade Frian¹, Cássia Viviane Borges Lordêllo¹, Larissa Haydée Costa Alvadia¹, Marina Messas Siqueira Menezes¹, Tamirys Barcellos Revoredo Silva, Isabelly Castro da Cunha Nascimento² e Kevellyn Vitória Garcia de Lima²
¹Fundação Municipal de Educação de Niterói; ²Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreira/UFF.

Palavras-chaves: alimentação escolar; educação alimentar e nutricional; hábitos alimentares.

Objetivo da experiência: Promover a valorização do cardápio escolar em parceria com a equipe das Unidades Escolares (UEs), buscando conscientizar os alunos sobre a importância do consumo das refeições oferecidas e seus benefícios à saúde. Descrição da experiência: A equipe técnica de nutricionistas de Niterói elaborou o projeto “Alimentação Escolar: valorizando o cardápio nas escolas” como proposta orientadora para ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) a serem desenvolvidas durante a Semana de Educação Alimentar (SEA) de 2025. O material orientador foi encaminhado via e-mail para 98 UEs e 20 Creches Conveniadas (CCs), acompanhado de uma ficha para registro das atividades realizadas. O projeto teve como base o fortalecimento do vínculo dos estudantes com a alimentação escolar, estimulando práticas alimentares saudáveis e o reconhecimento do papel da alimentação escolar no contexto educacional. Resultados/Aprendizado: A equipe realizou ações diretas em seis escolas e recebeu o retorno do desenvolvimento das atividades em seis UEs e uma CC, totalizando 536 estudantes envolvidos. As atividades foram realizadas entre os meses de junho e julho de 2025. A execução contou com o apoio de duas estagiárias do curso de Nutrição. Observou-se que a colaboração com as UEs e CCs, aliada ao desenvolvimento dos diversos atores sociais presentes no ambiente escolar, foi fundamental para ampliar o alcance das ações. Destaca-se ainda que cada escola adaptou a proposta à sua realidade local, com base na percepção dos hábitos alimentares dos alunos, o que favoreceu a efetividade da intervenção. Conclusões e/ou recomendações: A experiência demonstrou que a parceria entre as nutricionistas e as instituições de ensino foi essencial para atingir um maior número de alunos e para envolver a comunidade escolar. Apesar da nota técnica nº 4816230/2025/DIEAN/COSAN/CGPAE/DIRAE reforçar a inclusão do tema EAN no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico de escolas, identificou-se a necessidade de maior sensibilização do setor pedagógico para aumentar a adesão das ações, tanto no âmbito da SEA quanto no cotidiano escolar. Portanto, recomenda-se a continuidade e o fortalecimento dessas ações em parceria como estratégia de promoção da saúde e valorização da alimentação escolar.

Referências

[1] BRASIL. Lei nº 4856, de 28 de setembro de 2006. Cria no calendário oficial do estado do Rio de Janeiro, a Semana de Educação Alimentar e dá outras providências.

[2] BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota Técnica no 4816230/2025/DIEAN/COSAN/CGPAE/DIRAE2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Brasília: FNDE, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae-otas-tecnicas/2025-ota-Tecnica_48162302025.pdf.



IMPACTOS DA RESOLUÇÃO Nº 6/2020 NA QUALIDADE MICRO NUTRICIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INFANTIL

Daniel Paranhos Garcia Silva¹ (daniel.garcia@sou.unifal-mg.edu.br), Thaís Costa Carvalho¹ (thaiscosta.carvalho@sou.unifal-mg.edu.br), Pedro Henrique Duarte Oliveira¹ (pedro.duarte@sou.unifal-mg.edu.br), Rafaella Guimarães Moraes Camargo² (guimaraes.rafaella@unifesp.br) e Bruno Martins Dala Paula¹ (brunodala@gmail.com)

¹Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); ²Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; micronutrientes; alimentação escolar; educação infantil; avaliação de cardápios.

Introdução: A alimentação escolar adequada é fundamental para a promoção da saúde e prevenção de deficiências nutricionais. A Resolução nº 6/2020 do FNDE trouxe alterações nos cardápios e na aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. **Objetivo:** Avaliar o teor dos micronutrientes (vitamina A, vitamina C, cálcio e ferro) em cardápios escolares da etapa Berçário e Creche do município de Alfenas-MG, comparando os cardápios anteriores e posteriores à publicação da Resolução nº 6/2020 do FNDE. **Metodologia:** Os micronutrientes foram calculados nos cardápios dos meses de setembro de 2019 e 2023 e fevereiro de 2020 e 2024, referentes às etapas Berçário (7 a 11 meses) e Creche (1 a 3 anos). Foi utilizado o per capita das preparações conforme sugerido por Lourenção *et al.*, (2023) e a tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO). Os dados foram obtidos a partir do valor médio de micronutrientes em cada cardápio e comparados com as recomendações da DRI (2001). **Resultados:** No Berçário, houve aumento na oferta de vitamina A após 2020 ($71,20 \pm 42,09 \mu\text{g}$), com pico em fevereiro de 2024 ($145,61 \pm 102,59 \mu\text{g}$), embora ainda inferior ao recomendado (350 mcg). Na Creche, os valores também aumentaram ($139,51 \pm 98,53 \mu\text{g}$) alcançando ($151,58 \pm 112,36 \mu\text{g}$) em 2024. A vitamina C oscilou entre os períodos, com os menores valores em fevereiro de 2020 no Berçário ($16,80 \pm 13,17 \mu\text{g}$), contrastando com níveis adequados na Creche ($101,36 \pm 110,56 \mu\text{g}$). Isso reflete oferta irregular de frutas cítricas e hortaliças. O cálcio variou, especialmente no Berçário, com valores críticos ($132,48 \pm 123,57 \text{mg}$) em 2023 e ($130,96 \pm 48,77 \text{mg}$) em 2024 frente à recomendação de 260 mg. Na Creche, os níveis estabilizaram próximos a ($219 \pm 89,60 \text{mg}$), mas ainda abaixo do ideal de 350 mg. O ferro, por fim, persistiu abaixo da recomendação de 5 mg no Berçário ($1,79 \pm 0,71 \text{mg}$) em 2024 e, na Creche, variou positivamente, chegando a ($3,09 \pm 0,57 \text{mg}$) em 2023. **Conclusão:** A análise demonstra melhoras específicas na adequação de vitamina A nos cardápios escolares, porém persistem desafios quanto à regularidade e suficiência da oferta de vitamina C, cálcio e ferro, sobretudo no Berçário. Os achados evidenciam a necessidade de monitoramentos contínuos nos cardápios e estratégias de educação alimentar para garantir o cumprimento das diretrizes nutricionais do PNAE.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 e por meio do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), AUXPE (no 1154/2024).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Estabelece as diretrizes para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Tabela Brasileira de Composição de Alimentos – TACO. 4. ed. Campinas: NEPA/UNICAMP, 2011.

LOURENÇÃO, L. F. de P. *et al.* Manual de per capita para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 2023. [S. l.]: ResearchGate, mar. 2023. ISBN 978-65-86489-72-9. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369325961_Manual_de_per_capita_para_o_Programa_Nacional_de_Alimentacao_Escolar_PNAE_2023. Acesso em: 17 jul. 2025.



EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TRÊS ETAPAS: OBSERVAÇÃO, DIAGNÓSTICO E EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Morgana Ap. Paris Baston (morganabaston@educacao.pmrp.sp.gov.br), Helena Vassimon (helenabernardes@educacao.pmrp.sp.gov.br), Carina Carlucci Palazzo (carinapalazzo@educacao.pmrp.sp.gov.br).
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/ SP.

Palavras-chave: estágio; alimentação escolar; educação alimentar; saúde pública.

Objeto da experiência: Relatar a experiência vivenciada no programa de estágio em Nutrição e Saúde Pública, com ênfase na atuação na alimentação escolar, incluindo atividades de acompanhamento da produção de alimentos, diagnóstico nutricional por meio de antropometria e ações educativas com a comunidade escolar.

Descrição da experiência: O estágio em Nutrição e Saúde Pública foi estruturado em três etapas. A primeira envolveu a observação da produção das refeições nas cozinhas escolares, análise da aceitabilidade do cardápio e avaliação do resto ingesta, além do controle de estoque e qualidade dos alimentos recebidos. A segunda etapa consistiu na realização da antropometria dos alunos, com o objetivo de identificar o perfil nutricional da comunidade escolar. A última etapa contemplou atividades de educação alimentar e nutricional, direcionadas aos alunos, equipes escolares e familiares, com enfoque em práticas saudáveis e no combate à insegurança alimentar. As ações foram desenvolvidas em escolas da rede pública municipal de Ribeirão Preto.

Resultados/aprendizado/análise crítica: As atividades permitiram aos estagiários vivenciarem os desafios e potencialidades da política de alimentação escolar. Foi possível identificar problemas relacionados ao desperdício de alimentos, como baixo consumo de hortaliças e realizar intervenções educativas com impacto positivo na aceitação desses alimentos. A etapa antropométrica revelou altos índices de sobrepeso em algumas faixas etárias, o que reforçou a importância das ações educativas. A atuação intersetorial com a equipe escolar mostrou-se essencial para a continuidade das práticas propostas. A experiência também ressaltou a importância do controle do estoque e da qualidade dos alimentos como parte da segurança alimentar e nutricional. Os dados antropométricos são compartilhados com a Secretaria Municipal de Saúde para ações pertinentes.

Conclusões e/ou recomendações: A experiência reforça a importância da atuação do nutricionista na alimentação escolar não apenas na elaboração de cardápios, mas na promoção da educação alimentar e no diagnóstico do estado nutricional dos estudantes. Recomenda-se a ampliação de estágios com enfoque comunitário, integrando a formação acadêmica às políticas públicas. Destaca-se a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação quanto à temática da alimentação saudável.

Referência

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução no 6, de 8 de maio de 2020. Estabelece as normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 maio 2020.



FORMAÇÃO PARTICIPATIVA E APRENDIZAGENS SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO NO CONTEXTO DO PNAE EM CRECHES PÚBLICAS

Bárbara Guimarães (barbara_guimaraes@id.uff.br), Ana Clara Cariello (anaclaracariello@id.uff.br), Samantha Carvalho (samanthacarvalho@id.uff.br), Tainá Neves (taina.neves@id.uff.br), Thayane Araújo (thayanearaujo@id.uff.br), Sílvia Pereira (spereira@id.uff.br), Enilce Sally (esally@id.uff.br), Patrícia Camacho Dias (pcdias@id.uff.br), Roseane Moreira (roseanesampaio@id.uff.br), Daniele Bastos (danielebastos@id.uff.br), Daniele Mendonça Ferreira (daniele_ferreira@id.uff.br)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: aleitamento materno; formação profissional; nutrição escolar; educação infantil; intersetorialidade.

Introdução: A Nota Técnica nº 3049124/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE orienta a incorporação do aleitamento materno nas creches públicas atendidas pelo PNAE, ampliando o papel do nutricionista como articulador entre saúde, educação e assistência social. Sua implementação exige formação qualificada e ações integradas nos territórios. Objetivo: Identificar as aprendizagens construídas por profissionais da saúde e educação a partir de formação sobre aleitamento materno no contexto do PNAE em creches públicas. Métodos: Avaliação de uma formação realizada com nutricionistas do PNAE de municípios das cinco macrorregiões do Brasil. O curso foi ofertado em módulos presenciais e online, com base em documentos normativos, exposições dialogadas, análise de experiências locais e relatos exitosos. Aplicou-se, ao final do curso, um formulário com três perguntas: “O que você já sabia?”, “O que você aprendeu?” e “Como se sente para apoiar e promover a amamentação nas creches do seu município?”. As respostas foram analisadas por estatística descritiva simples e categorização temática. Resultados: Os principais aprendizados relatados envolveram benefícios nutricionais e sociais do aleitamento materno (28%), estratégias práticas de implementação (26%) e apropriação dos marcos legais, como a NBCAL e a Nota Técnica (21%). Outros participantes destacaram a importância da escuta materna e da atuação intersetorial (17%). Quanto à autopercepção, 92% afirmaram sentir-se mais preparados para apoiar ações locais de amamentação. A metodologia participativa favoreceu a troca entre pares, o reconhecimento de desafios e a construção de soluções contextualizadas. Conclusão: A formação contribuiu para fortalecer o protagonismo técnico dos nutricionistas, ampliar o alinhamento entre políticas públicas e realidades locais e fomentar práticas institucionais mais sensíveis ao apoio à amamentação nas creches. A qualificação contínua e em rede mostra-se estratégica para consolidar diretrizes nacionais no cotidiano escolar.

Declaração de conflito de interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses. Fonte(s) de financiamento: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Universidade Federal Fluminense (UFF).

Referências

Brasil. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) Nota técnica Nº 3049124/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE. Assunto: Dispõe sobre Aleitamento Materno e Alimentação Complementar da Resolução CD/FNDE no 6, de 8 de maio de 2020. Brasília: COSAN, 2022; 28 de jul.

Brasil. Presidência da República. Lei no 11.265, de 4 de janeiro de 2006. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. Diário Oficial da União 2006; 4 jan.

Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Estabelece a alimentação escolar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, 17 jun. 2009.



GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Larissa Martins de Oliveira (larissamo@id.uff.br), Patricia Camacho Dias (diaspc2@gmail.com), Roseane Moreira Sampaio Barbosa (roseanesampaio@id.uff.br)

¹Universidade Federal Fluminense

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; administração pública; políticas de nutrição.

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública, regulamentada pela Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), de cobertura universal da alimentação escolar que promove o Direito Humano à Alimentação Adequada e visa garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos escolares. Em seu art 16, destaca que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação deve realizar a avaliação do Programa. O IGE-PNAE foi publicado recentemente como uma ferramenta de acompanhamento de indicadores de gestão do Programa. **Objetivo:** Analisar a qualidade da gestão do PNAE na Região Metropolitana do ERJ **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa de caráter analítico, corte transversal, com a utilização de dados secundários de municípios da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro-ERJ (CEPERJ, 2025). Para a avaliação do desempenho do PNAE utilizou-se o IGe-PNAE (FNDE). **Resultados:** Participaram do estudo 21 municípios da região metropolitana no ERJ. O escore do IGe- PNAE entre os municípios variou de 0,19 a 0,93, dos 21 municípios, 4 foram classificados como “insatisfatórios”, 13 como “regulares” e 4 como “satisfatórios”. Os indicadores com mais municípios classificados como “satisfatório” foram “Suspensão de recursos” e “Aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados” (n = 20), “Aceitabilidade” e “Chamada Pública” (n = 19), “EAN no m Projeto Político-Pedagógico”, “CAE em situação regular”, “Denúncias” e “Necessidades alimentares especiais” (n = 18), “Planejamento e cumprimento dos cardápios” (n = 16), “Reprogramação de saldo” (n = 15), “Nutricionista RT” (n = 14), “Infraestrutura das escolas” (n = 12). Os indicadores com mais resultados “insatisfatórios” foram “Aquisição da Agricultura Familiar” e “Aquisição de alimentos Orgânicos e/ou agroecológicos” (n = 15), “Índice e desenvolvimento da Educação Básica” (n = 12). Apenas um dos municípios se enquadra em “Atendimento à escolas indígenas e quilombolas”, sendo ele “insatisfatório”. **Conclusões:** Os municípios demonstraram que a “Suspensão de recursos” e “Aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados” são aspectos positivos da gestão do Programa e a “Aquisição da Agricultura Familiar” e “Aquisição de alimentos Orgânicos e/ou agroecológicos” são aspectos a serem melhor desenvolvidos.

Referências

Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União [Internet]. 2009 [citado 2025 jul. 20]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE]. Relatório de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE] [Internet]. Brasília: FNDE; [s.d.] [citado 2025 jul 23]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNGU1YmViNjYtYjcyNi00ZWE2LWEyYTYtZDQONjhiYzI4ZDdmliwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWlZLTcwYmRiNmY0NTlkNSJ9>.

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Mapa Oficial do Estado do Rio de Janeiro [Internet]. Rio de Janeiro: CEPERJ; 2025 [citado 2025 jul. 20]. Disponível em: https://www.rj.gov.br/ceperj/sites/default/files/arquivos-paginas/OFICIAL_FINAL_5_0.pdf.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. IBGE Cidades [Internet]. [citado 2025 jul. 20]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.



ATUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS NUMÉRICOS DE NUTRICIONISTAS DO PNAE: VARIAÇÕES REGIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO À LUZ DA RESOLUÇÃO CFN Nº 789/2024

Bárbara Guimarães (barbara_guimaraes@id.uff.br), Jéssica Roque (jessicaroque@id.uff.br), Kamilla Bertu (kamillabertu@id.uff.br), Laura Buarque Goulart Godinho (nutri.laurabuarque@gmail.com), Giovanna Candeia Cistaro (giovannaccistaro@gmail.com) Daniele Bastos danielebastos@id.uff.br, Roseane Sampaio (roseanesampaio@id.uff.br), Patrícia Camacho Dias (pcdias@id.uff.br)
Universidade Federal Fluminense

Palavras-chave: alimentação escolar; equidade; nutricionistas; política pública; regionalização

Introdução: A Resolução CFN nº 789/2024 redefiniu os parâmetros numéricos mínimos de nutricionistas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incorporando os princípios de equidade, regionalização e universalidade. Essa atualização busca adequar o quadro técnico às especificidades dos territórios, considerando não apenas o porte populacional, mas também as dinâmicas regionais de acesso, infraestrutura e distribuição das unidades escolares, especialmente em contextos com presença significativa de escolas no campo. **Objetivo:** Comparar as variações nos parâmetros numéricos de nutricionistas entre a Resolução CFN no 465/2010 e a no 789/2024, com foco em diferenças regionais no estado do Rio de Janeiro, destacando o contraste entre regiões predominantemente urbanas e regiões com maior presença de escolas em áreas rurais. **Métodos:** Estudo comparativo com base nos critérios das resoluções do CFN. Utilizaram-se dados secundários do IBGE (Censo 2022) e INEP (Censo Escolar), classificando os municípios fluminenses por porte e mesorregião. Foram contrastadas a Região Metropolitana, com alta concentração urbana, e regiões como o Norte e o Noroeste Fluminense, marcadas por extensão territorial ampla e maior número de escolas rurais. **Resultados:** A Região Metropolitana apresentou o menor aumento médio nos parâmetros de nutricionistas (+11,37%), incluindo redução de -0,52% para municípios de grande porte. Em contrapartida, o Norte Fluminense registrou a maior variação média (+143,16%), com crescimento expressivo em grande porte (+198,93%) e pequeno porte 2 (+147,92%). O Noroeste Fluminense, também com forte interiorização da rede escolar, apresentou aumento médio de +37,18%. Os dados revelam priorização de territórios anteriormente subdimensionados, com foco em ampliar a cobertura profissional em regiões com desafios logísticos e institucionais. **Conclusão:** A Resolução CFN nº 789/2024 representa avanço técnico-normativo ao propor um dimensionamento mais sensível às desigualdades territoriais. No entanto, sua implementação dependerá da capacidade institucional de garantir condições para a alocação efetiva dos nutricionistas, especialmente nos territórios com menor estrutura de serviços.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasil, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. Resolução CFN nº 789, de 13 de setembro de 2024. Dispõe sobre a responsabilidade técnica e formação do quadro técnico, assim como estabelece as diretrizes sobre parâmetros numéricos mínimos para atuação em Alimentação e Nutrição no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Estados, no Distrito Federal e Alimentação Escolar (PNAE) nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios e dá outras providências.



DIAGNÓSTICO DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

Luciana Sampaio Cunha da Silva¹ (luciana.silva@ifmt.edu.br), Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra² (ronaldo.senra@ifmt.edu.br), Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro³ (suammy.cordeiro@ifmt.edu.br)

¹Instituto Federal de Mato Grosso; ²Instituto Federal de Mato Grosso; ³Instituto Federal de Mato Grosso

Palavras-chave: agricultura familiar; Instituto Federal; PNAE

Objetivo da experiência: Compreender a realidade institucional quanto à aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Descrição da experiência: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assegura a oferta de refeições saudáveis e promove a Educação Alimentar e Nutricional nas escolas públicas da educação básica, além de incentivar o desenvolvimento local por meio da compra de alimentos da agricultura familiar¹. No contexto dos Institutos Federais, a efetivação dessa política depende da articulação entre diferentes setores institucionais e do fortalecimento de parcerias com agricultores locais^{2,3}. O trabalho foi desenvolvido no âmbito da Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidades da Reitoria do IFMT, como parte de minhas atribuições como nutricionista, com foco no acompanhamento da execução do PNAE na instituição. Trata-se de um diagnóstico que visa subsidiar o planejamento e a qualificação da política de alimentação escolar no IFMT. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2025, por meio de um questionário estruturado no Google Forms. O instrumento foi aplicado aos chefes dos Departamentos de Administração dos campi e abordou aspectos como estrutura física, tipos de refeições, aquisição de alimentos da agricultura familiar e execução orçamentária. As respostas inerentes a aquisição de produtos da agricultura familiar foram organizadas no Excel e os percentuais de aquisição foram classificados em quatro faixas: 0%, 10-35%, 35-75% e 75-100%. Resultados/aprendizado: Dos 19 *campi* que responderam ao questionário, 13 relataram não ter realizado nenhuma aquisição de alimentos da agricultura familiar. Dois *campi* investiram entre 10% e 35%, um entre 35% e 75%, e três alcançaram percentuais entre 75% e 100%. Os dados apontam para uma baixa adesão à compra da agricultura familiar e reforçam a necessidade de fortalecimento das ações institucionais para melhorar a execução da política. Conclusões e/ou recomendações: O levantamento preliminar evidencia a necessidade de intensificar o apoio institucional à aquisição de alimentos da agricultura familiar no IFMT, incluindo capacitação das equipes, fortalecimento das parcerias com agricultores locais e adequações estruturais nos campi. O envolvimento dos setores de extensão pode ser uma estratégia para aproximar a instituição dos produtores regionais e viabilizar a execução eficaz do PNAE.

Referências

- [1] BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de maio de 2020.
- [2] JESUS, Josué Castro de. Relatório do diagnóstico da implementação do PNAE: compra da Agricultura Familiar no Instituto Federal Baiano – Campus Valença. 2022. 71 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, BA. 2023.
- [3] PEREIRA, Larry Silva. Aquisição de alimentos da agricultura familiar na administração pública: considerações acerca os processos de compras do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – campus Uberlândia. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. 2021



ANÁLISE DE CARDÁPIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM DOIS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO: ÊNFASE NA REGIONALIDADE E SOCIOBIODIVERSIDADE

Daniele Gabilan do Nascimento, Alessandra da Silva Pereira.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Palavras-chave: alimentação escolar; comunidades quilombolas; alimentos regionais; PNAE; sociobiodiversidade.

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade nutricional de cardápios escolares de comunidades quilombolas em dois municípios do estado do Rio de Janeiro, com foco na presença de alimentos regionais, da sociobiodiversidade e na conformidade com os princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Metodologia:** Foram analisados dados secundários obtidos por meio de documentos públicos virtuais disponibilizados pelas Secretarias Municipais de Educação. A análise contemplou cardápios escolares de dois municípios do estado do Rio de Janeiro, com territórios reconhecidos como remanescentes de quilombos. A avaliação considerou a presença dos principais grupos alimentares (cereais, leguminosas, frutas, hortaliças, proteínas e laticínios), a classificação dos alimentos segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados) e a aplicação do Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (IQ COSAN). **Resultados:** O município 1 apresentou melhor desempenho no IQ COSAN, com maior diversidade alimentar e menor presença de ultraprocessados. Houve oferta regular de alimentos regionais (100%) e inclusão de itens da sociobiodiversidade em 50% das semanas, demonstrando maior aderência às diretrizes do PNAE. O município 2 também apresentou presença de alimentos regionais em 100% das semanas, porém menor oferta de leite (60%) e hortaliças (46,7%), inclusão de alimentos da sociobiodiversidade em 33% das semanas e maior frequência de ultraprocessados. Os dados sugerem que o município 1 teve maior alinhamento com os princípios do PNAE, sobretudo no que se refere à valorização da cultura alimentar local. **Conclusões:** Os resultados indicam que, apesar dos avanços na implementação do PNAE em comunidades quilombolas, ainda persistem desafios relacionados à valorização da cultura alimentar local. Limitações orçamentárias, fragilidades na gestão e obstáculos na aquisição de alimentos da agricultura familiar comprometem a execução adequada dos cardápios escolares, afetando a garantia dos direitos alimentares e culturais dessas populações.

Referências

- BRASIL *et al.*. Guia alimentar para a população brasileira. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Manual do Índice de qualidade IQ COSAN. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/ferramentas-de-apoio-ao-nutricionista>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- Afonso, LF de C; Corrêa, NAF; Silva, HP da. Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: uma revisão da literatura indexada. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 27, p. e020003, 2019. DOI: 10.20396/san.v27i0.8652861.



PANORAMA DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO RIO DE JANEIRO

Millena Pavoni Monteiro, Eloah Costa de Sant'Anna Ribeiro, Alessandra dos Santos Ribeiro, Elaine Lima, Mônica do Valle, Giani Moliari, Thais Salema, Michel Carlos Mocellin, Alessandra da Silva Pereira.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: agricultura; alimentação escolar; aquisição de alimentos; financiamento governamental.

Objetivo: Analisar a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE nas regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro. Metodologia: Estudo temporal com dados secundários do FNDE sobre a aquisição da AF para o PNAE expresso em prevalência (%) do valor repassado pelo FNDE entre 2011-2022, pelas Entidades Executoras. Análises sobre a aquisição da agricultura familiar foram estratificadas por região administrativa do Estado do Rio de Janeiro (Norte Fluminense, Serrana, Médio Paraíba, Baixadas Litorâneas, Noroeste Fluminense, Centro Sul Fluminense, Metropolitana e Costa Verde). Dados analisados na forma de mediana e Intervalo Interquartil, e empregou-se testes para avaliar diferenças estatísticas entre cada painel temporal, sendo realizadas por intermédio do programa estatístico STATA 16. Resultados: A série temporal analisada entre os anos de 2011 e 2022 demonstrou valores das medianas crescentes do percentual de aquisição de gêneros alimentícios da AF destinados ao PNAE até o ano de 2019 nos municípios do Estado do RJ. Apesar disso, somente 3 anos analisados (2018, 2019 e 2022) tiveram mediana de aquisição acima dos 30% (valor mínimo obrigatório estabelecido na lei do PNAE - Lei 11947 de 2009). As regiões Centro Sul, Serrana, Noroeste e Norte se destacam por terem maior mediana de percentual de aquisição da AF ao longo da série temporal. Todavia, parece haver diferença estatística apenas para os painéis de 2018 a 2022 ($p < 0,05$) ao se considerar as comparações de cada região no mesmo ano. O impacto da pandemia nos anos de 2020 e 2021 teve uma queda significativa quando comparados aos cinco anos anteriores (2015 a 2019) e no ano seguinte (2022). Considerações finais: O Estado do Rio de Janeiro necessita de incentivo e esforços para a formulação de estratégias de produção e oferta de alimentos. Há território para a comercialização de alimentos da AF, porém, ainda pouco explorado. Destacamos que apesar da lei nº 11.947/2009 ter sido instituída há mais de 10 anos, ainda existem diretrizes que precisam ser institucionalizadas e potencializadas pelos atores da alimentação escolar.

Referências

Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 2009; 17 jun.
Mocellin, M.C, Ribeiro, E.C.S, Lima, E.C.S, Souza, T.S.N, Serra, G.M.A, Duarte, L.C, Raymundo, M.S, Pereira, A. da S.. Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado do Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva [periódico na internet] (2025/fev). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar-para-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-no-estado-do-rio-de-janeiro/19522?id=19522&id=19522>.



CARRINHO DE COMPRAS, ESCOLHAS E IMAGINAÇÃO: PERCEPÇÃO NUTRICIONAL COM CRIANÇAS DE 4 ANOS EM MARMELÓPOLIS/MG

Thainara Garcia Martins¹, Philippe Diogo Alves da Silva² (philippe.silva@ifsuldeminas.edu.br), Laiane de Oliveira Nuñez³ (laiane.cecane@gmail.com).

¹Prefeitura Municipal de Marmelópolis- MG. ²UFLA; ³CECANE - IFSULDEMINAS

Palavras-chave: compras; alimentação escolar; escolha consciente

Compreendendo a Educação Alimentar e Nutricional - EAN, como uma importante ferramenta de transformação social, foi realizada uma atividade com crianças de 4 anos, em 4 escolas no município de Marmelópolis, Minas Gerais. Com a utilização de um carrinho de compras em miniatura e imagens de alimentos. Buscou-se sensibilizar os participantes sobre a importância de uma alimentação equilibrada, promovendo a identificação dos alimentos mais adequados para o consumo diário. A atividade consistiu na utilização de um carrinho de compras em miniatura com diversas imagens impressas de alimentos, que por meio da contação de uma história em que a educadora dizia estar indo às compras e pedia ajuda das crianças, as imagens foram retiradas do carrinho uma a uma, e as crianças eram convidadas a refletir se aquele alimento poderia ser consumido todos os dias ou apenas de vez em quando. Durante toda a atividade, reforçou-se a ideia de que alguns alimentos não são proibidos, mas devem ser consumidos com moderação. A linguagem foi adaptada para manter o aspecto positivo e evitar a noção de culpa. Além do carrinho, foi utilizada uma imagem de um prato saudável (modelo ilustrativo), que possibilitou uma segunda etapa da atividade: a substituição visual de itens saudáveis por alimentos ultraprocessados. A cada troca, a nutricionista questionava se o prato permanecia saudável, estimulando o raciocínio das crianças e o reconhecimento visual dos alimentos. Para ampliar o diálogo, também foram utilizadas outras imagens, como a escala de coloração da urina e uma imagem da Escala de Bristol, reforçando a ideia de saúde integral e cuidado com o corpo. As crianças participaram ativamente, possibilitando um ambiente de aprendizado afetivo, onde as crianças se sentiram à vontade para perguntar, responder e compartilhar suas opiniões. A experiência reforça o papel do educador como mediador sensível das práticas alimentares e a potência da ludicidade como linguagem pedagógica eficaz na primeira infância.

Referências

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). The State of Food Insecurity in the World. Rome: FAO, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/56efd1a2-0f6e-4185-8005-62170e9b27bb/>.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasília, BR). Histórico do PNAE. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>.

_____. Resolução CD/FNDE no 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de maio de 2020c.



HORTA ESCOLAR COMO ELEMENTO PEDAGÓGICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA

Silvio Renato Arruda Tavares Junior (silvio.tavares.junior@edu.unirio.br), Gabriela Helena Gomes Alem (gabialem@edu.unirio.br), Ana Carolina Silva de AS (acarolina.sa@edu.unirio.br), Luisa Freitas Madeira (luisa.madeira@edu.unirio.br), Emanuelle dos Anjos da Silva Sant'Anna (emanoellesantanna@edu.unirio.br), Ana Clara Magalhaes Henriques do Aido (anaclaramagalhaes@edu.unirio.br), Carolina dos Santos Campos Fernandes (carolinafernandes@edu.unirio.br), Giovanna Catalão Souza Faustino (giovannacatalao@edu.unirio.br), Julia Rodrigues Guimarães (julia.r.guima@edu.unirio.br), Caio Segreto de Oliveira Pires (caiosecreto2222@edu.unirio.br), Jose Eduardo Junqueira de Andrea (jeida7@gmail.com), Lucilia da Gloria Afonso Caldas (luciliagcaldas@gmail.com), Marcelo Castanheira Ferreira (marcelo.ferreira@unirio.br)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: educação; sustentabilidade; alimentação; intersetorialidade.

Objetivo da experiência: introduzir ações sobre sustentabilidade, alimentação e saúde em instituição filantrópica de assistência à infância no Rio de Janeiro, utilizando-se a horta escolar como elemento pedagógico. Descrição da experiência: trata-se de um projeto de extensão, cujo objetivo é promover saúde e nutrição de crianças de baixa renda da zona norte do município. A atividade específica – realizada com turmas de pré-escolares (4 a 6 anos) – teve como elemento problematizador o plantio de uma leguminosa (feijão preto) e os recursos naturais necessários ao seu desenvolvimento (terra adubada organicamente, sementes, água, sol e indivíduos). A atividade foi dividida em dois momentos: inicialmente foi apresentado um breve filme para instigar a participação das crianças. Logo em seguida, as mesmas receberam grãos de feijão e algodão, para que pudessem iniciar o seu pé de feijão. Todos os alunos prontamente se animaram com a ideia. Cada copo com as sementes foi identificado e armazenado. Em um segundo momento (01 semana após), as crianças foram lembradas da atividade, pegando a muda de feijão e levando até a horta (suspensa) existente na instituição. Com o auxílio das educadoras e estudantes de graduação em Nutrição, as crianças “transplantaram” sua muda para a horta, sendo enfatizada a necessidade de cada elemento da natureza neste processo. Resultados/aprendizado: a ação despertou fortemente o interesse das crianças e educadoras no processo de crescimento da leguminosa e no manejo da horta. Foi possível perceber que as crianças se incentivaram por conseguir voltar à atividade e visualizar “o resultado” – ainda que intermediário – daquela ação, indicando o seu êxito. Em alguns momentos, perguntas relacionadas ao plantio e ao preparo do feijão, foram feitas por crianças e educadoras, que por sua vez, ofereceram apoio indispensável, pela habilidade pedagógica que possuem, reforçando princípios da educação alimentar e nutricional. Conclusões e/ou recomendações: a ação permitiu uma participação ativa e interação das crianças com o meio ambiente e alimentação proveniente da terra. Diferentes áreas de conhecimento (educação, sustentabilidade, saúde e alimentação) representam um resultado positivo da atividade. Enseja-se novas ações com turmas em fase escolar (6 a 10 anos), observando-se as características etárias e uso de novos alimentos.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: MDS, 2018.

CARDOSO, Flaviana. Implementação de horta escolar como ferramenta de educação alimentar e nutricional em área de vulnerabilidade social. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024

RODRIGUES, Leticia da Silva *et al.* A importância de uma horta escolar. 16ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS, Minas Gerais, v. 16, n. 2, 2024.



ANÁLISE DO PROGRAMA HORTA CARIOCA CRIADO PELA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO E IMPLEMENTADO NAS COMUNIDADES E UNIDADES ESCOLARES

Fabiane Corrêa Queiroz¹, Amanda Belfort Gama da Fonseca², Caroline Arede¹, Fabiana Reis Corrêa², Letícia de Sousa Faria² e Rebeca Medeiros Nascimento Guimarães²

¹Universidade Federal Fluminense; ²Universidade Estácio de Sá

Palavras-chave: agricultura urbana; educação alimentar e nutricional; alimentação escolar; sustentabilidade; políticas públicas.

Objetivo: Analisar a potencialidade do programa Hortas Cariocas, bem como seus benefícios, tanto para a comunidade local quanto para as escolas no entorno nos dois módulos do programa, Hortas Cariocas Escolares e Hortas Cariocas Comunidades. **Metodologia:** A análise foi baseada em dados disponibilizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, reportagens e estudos acadêmicos sobre o programa Hortas Cariocas. Foram considerados dados quantitativos e qualitativos sobre a produção, variedade de cultivo e aproveitamento na merenda escolar das unidades escolares e da própria comunidade local. **Resultados:** Dados analisados indicam que até 2022 o programa Hortas Cariocas já contava com 27 hortas em unidades escolares e 29 em terrenos das comunidades cariocas, totalizando 56 Hortas beneficiadas e financiadas pelo programa, trazendo não só a geração de renda local, mas também a promoção e o fomento de uma alimentação saudável, incentivando a sua valorização desde o cultivo, plantio e colheita até a chegada na merenda escolar ou à mesa da comunidade. **Conclusão:** O programa Hortas Cariocas representa uma integração bem-sucedida entre educação alimentar e nutricional, com a sustentabilidade ambiental, promoção de uma alimentação saudável e econômica, além da participação dos alunos e da comunidade, o que estimula a prática sustentável e a saúde alimentar.

Referências

Prefeitura do Rio de Janeiro. Programa Hortas Cariocas: cultivo urbano e educação ambiental nos territórios da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Instituto Escolhas. Políticas Públicas de Agricultura Urbana: Programa Hortas Cariocas. São Paulo: Instituto Escolhas, 2022.

VISONI, Claudia. Giro pelas hortas cariocas. Blog Claudia Visoni, 21 nov. 2023.



SISTEMA ALIMENTAR SAUDÁVEL: O QUE A FREQUÊNCIA NA VISITA À HORTA AFETA NA ESCOLHA DO PRATO DE ESCOLARES

Queila Portella (queila@edu.unirio.br), Maria Lourdes Rodrigues (mariarodrigues@unirio.br)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: sustentabilidade; educação alimentar; seletividade alimentar

Objetivo: Avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de crianças entre 3 e 5 anos em ambiente escolar, com atenção especial àquelas que apresentavam seletividade alimentar ou baixa diversidade no prato, por meio da identificação do contexto familiar, dos hábitos alimentares e da análise do comportamento das crianças em casa e na escola. **Descrição:** A ausência de atividades práticas, como o cultivo e o contato direto com a horta escolar, compromete a relação das crianças com alimentos in natura. Como forma de intervenção, foram promovidas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), como a visita à horta e momentos de experimentação alimentar. **Resultados/Aprendizado:** Intervenções educativas baseadas na experimentação e no contato direto com os alimentos são fundamentais para promover hábitos alimentares mais saudáveis desde a infância. Utilizar a horta escolar como recurso pedagógico se mostrou uma estratégia eficiente para melhorar a SAN, incentivando escolhas mais conscientes e nutritivas. **Conclusão:** Sugere-se que a escola dê continuidade ao projeto da horta associado ao experimento lúdico de hortaliças e legumes no refeitório infantil, devido a alta aceitação dos professores em realizar uma parceria futura em suas propostas pedagógicas, além da ótima aceitação do alface em formato de espaguete.

Referências

- SCAGLIONI, S. *et al.* Influence of parental attitudes in the development of children eating behaviour: a review. *Appetite*, v. 126, p. 3–13, 2018.
- SILVA, R. P. da *et al.* O papel do nutricionista na promoção da saúde alimentar no ambiente escolar. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, e63270, 2022.
- SOUZA, R. M. de *et al.* Estilos parentais e comportamento alimentar infantil: uma revisão sistemática. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 38, p. e2018278, 2020.
- CARVALHO, M. A.; ALMEIDA, L. C. (2019). Educação alimentar na infância: estratégias lúdicas e pedagógicas para escolas de educação infantil. *Revista Brasileira de Educação Infantil*, 21(2), 45-59.
- SILVA, F. J. *et al.* (2021). Impacto da horta escolar no consumo de hortaliças por crianças em idade pré-escolar: uma revisão integrativa. *Revista de Nutrição e Saúde Infantil*, 17(1), 32-40.



ACOMPANHAMENTO DO RISCO PARA INSEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE ESTUDANTES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA DE PETRÓPOLIS-RJ ENTRE OS ANOS DE 2023 E 2024

Ana Paula Ríspoli dos Santos¹, Izabel Ester Pires¹, Lorrene Rodrigues Resende Pimentel¹, Deborah Correa Cinelli Netto¹

¹Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis.

Palavras-chave: insegurança alimentar e nutricional; segurança alimentar; programa Saúde na Escola; vigilância em saúde; políticas públicas.

Objetivo da experiência: Avaliar e acompanhar o Risco para Insegurança Alimentar nos domicílios onde encontram-se crianças e adolescentes que estejam matriculados em escolas e creches públicas assistidas pela Área Técnica do Programa Saúde na Escola de Petrópolis-RJ entre os anos de 2023 e 2024. Descrição da experiência: A coleta de dados foi realizada pela equipe do programa entre junho a dezembro de 2023 e fevereiro a novembro de 2024, através da aplicação de um questionário o qual continha a Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA). Este foi aplicado com os responsáveis pelos escolares de idades entre 0 e 19 anos. Resultados/aprendizado: Foram avaliadas 12.822 respostas da TRIA, sendo coletadas 6.654 respostas em 2023, onde observou-se que 55,3% (3.677) encontrava-se em Segurança Alimentar (SA), 17,1% (1.137) risco de IA leve e 27,6% (1.840) com risco de IA moderada/grave. No ano de 2024, foram triadas 6.168 famílias, onde 56% (3.433) apresentaram SA, 18% (1.082) risco de IA leve e 27% (1.653) risco de IA moderada/grave. Observou-se que as famílias de estudantes da rede pública de ensino de Petrópolis apresentaram resultados de risco de IA superiores aos estudos em âmbito nacional, uma vez que o IBGE em 2023, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para avaliação do território, mostrou que 4,1% dos domicílios brasileiros apresentavam IA grave. Compreende-se que uma porcentagem significativa se encontra com algum grau de risco de IA, possivelmente em situações de vulnerabilidades sociais importantes, acarretando em riscos para o desenvolvimento físico e cognitivo para esta faixa etária. Conclusões e/ou recomendações: O estudo permitiu observar a vulnerabilidade do território e a necessidade de intervenções governamentais para garantia do direito e o acesso à alimentação adequada e saudável com foco no combate à fome e suas consequências, sendo de suma importância como subsídio para políticas públicas voltadas a SA, provando a necessidade do fortalecimento de ações de prevenção e promoção à saúde a comunidade escolar, agindo no combate da Insegurança Alimentar e Nutricional.

Referências

- ANDRÉ, Hercílio Paulino *et al.* Indicadores de insegurança alimentar e nutricional associados à anemia ferropriva em crianças brasileiras: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*. 23(4):1159-1167, 2018.
- BRASIL. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. 1º ed. Brasília, 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília. 2006.
- BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Plano Brasil sem Fome: Balanço do Primeiro ano. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segurança alimentar: 2023. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. RJ, p. 26, 2024.



CRIAÇÃO DAS MAMOTECAS: PROMOVENDO E PROTEGENDO O ALEITAMENTO MATERNO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO (SP)

Helena Bernardes Vassimon¹ (helenabernardes@educacao.pmrp.sp.gov.br), Carina Carlucci Palazzo¹ (carinapalazzo@educacao.pmrp.sp.gov.br), Morgana Aparecida Paris Baston¹ (morganabaston@educacao.pmrp.sp.gov.br), Lilian Pimenta Nogueira² (ldnogueira@rp.ribeiraopreto.sp.gov.br), Maria Tereza Cunha Alves Rios² (nutricao.saude@rp.ribeiraopreto.sp.gov.br).

¹Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto; ²Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Palavras-chave: aleitamento materno; ambiente escolar; saúde da primeira infância; intersetorialidade.

Objetivo da experiência: Promover, proteger e apoiar o aleitamento materno nas escolas da rede pública municipal de Ribeirão Preto (SP). Descrição da experiência: Em 2015, eram numerosos os relatos de dificuldades enfrentadas por mães que desejavam continuar amamentando após o ingresso dos filhos na escola. Diante disso, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), por meio da Coordenadoria de Aleitamento Materno (CALMA), firmou parceria com a Secretaria Municipal da Educação (SME), por meio da Divisão de Nutrição Escolar (DNE), iniciando uma atuação conjunta baseada na Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB). Foi elaborado o “Manual de Orientação de Aleitamento Materno nas Escolas”, que detalha rotinas e responsabilidades para permitir a amamentação ou o uso de leite materno ordenhado no ambiente escolar. Com base nele, surgiram as Mamotecas: espaços escolares adaptados para acolher mães lactantes, com requisitos mínimos de conforto, higiene e acessibilidade. Também foi organizada a manipulação segura do leite ordenhado nas unidades, com envolvimento direto dos cozinheiros e professores. Formações contínuas e ações de sensibilização são promovidas anualmente junto a toda a equipe escolar, e a experiência foi fortalecida por meio do Comitê Municipal de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável. A iniciativa também dialoga com a NBCAL, com adaptações visuais nos ambientes escolares e campanhas educativas como o Projeto Escola sem Mamadeira. Resultados/aprendizado: Houve aumento da visibilidade e do respeito ao aleitamento nas escolas, maior acolhimento das mães, e envolvimento da comunidade escolar. O monitoramento anual identificou fragilidades (uso de mamadeiras, por exemplo), permitindo planejar ações corretivas. A experiência revelou que formações intersetoriais e práticas concretas estimulam a continuidade da amamentação mesmo após o retorno das mães ao trabalho. Conclusões e/ou recomendações: Recomenda-se a continuidade, ampliação e institucionalização da estratégia por meio de legislação municipal. A criação das Mamotecas demonstrou ser uma ação efetiva e de baixo custo para garantir o direito ao aleitamento materno e promover saúde desde a primeira infância.

Referências

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). NOTA TÉCNICA No 3049124/2022. Aleitamento Materno e Alimentação Complementar no contexto do PNAE.
 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RIBEIRÃO PRETO (CODERP). Mamotecas viram referência no acolhimento das mães que amamentam nas escolas infantis de Ribeirão. Ribeirão Preto, [s.d.]. Disponível em: <https://www.coderp.sp.gov.br/portaloticia/mamotecas-viram-referencia-no-acolhimento-das-maes-que-amamentam-nas-escolas-infantis-de-ribeirao>.



AMBIENTE ALIMENTAR COMUNITÁRIO E ADESÃO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SUMIDOURO-RJ

Danielle Coelho de Azevedo (danielleazevedo355@gmail.com), Rafael Lavourinha Pinto (rlavourinhap@gmail.com), Diana Barbosa Cunha (dianabcunha@gmail.com)
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: comércio no entorno escolar; ensino fundamental I; segurança alimentar.

Objetivo: Avaliar a associação entre o ambiente alimentar comunitário e a adesão à alimentação escolar oferecida no almoço em escolares do ensino fundamental 1 do município de Sumidouro, RJ. Metodologia: Trata-se de um estudo transversal, utilizando dados da linha de base de um estudo de intervenção de base escolar, realizado em 2025, com estudantes do 1o ao 5o ano do ensino fundamental I, matriculados em 10 escolas da rede municipal de ensino do município de Sumidouro, Rio de Janeiro. A frequência de adesão à alimentação escolar (≥ 3 vezes/semana) foi avaliada a partir da frequência autorreferida. A presença de comércio no entorno das escolas foi registrada por meio de observações de campo. Para verificar a associação entre as variáveis categóricas, utilizou-se o teste do qui-quadrado. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), em 16 de junho de 2024. CAAE: 79070424.1.0000.5260. Parecer nº 6.889.942. Resultados: A amostra foi composta por 681 escolares, sendo 57% do sexo masculino. A adesão à alimentação escolar encontrada foi de 65,24%. A média de idade correspondeu a $8,17 \pm 1,67$ anos. A proporção de estudantes aderidos à alimentação escolar foi menor nas escolas que possuíam comércio no seu entorno (21,8%) quando comparadas àquelas sem comércio nas redondezas (47%), sendo essa diferença estatisticamente significativa ($\chi^2=47,4$; $p<0,0001$). Conclusões: A presença de estabelecimentos comerciais no entorno escolar mostrou-se associada à menor adesão à alimentação escolar, sugerindo que o ambiente alimentar externo pode atuar como um fator limitante à efetividade do PNAE. A oferta competitiva de alimentos fora do ambiente escolar pode representar uma barreira à participação dos estudantes nas refeições escolares, com possíveis repercussões sobre sua saúde e segurança alimentar e nutricional.

Referências

- Boklis M. Adesão à alimentação escolar e sua influência na qualidade da dieta e no estado nutricional de adolescentes do ensino público brasileiro [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; 2021.
- Brasil. Ministério da Educação (MEC). Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União 2020, 8 maio.
- PINTO, R. L. Efetividade de intervenção multicomponente na adesão e aceitabilidade à alimentação escolar: ensaio randomizado de base escolar de múltiplos braços em Sumidouro - RJ. [tese] Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mar. 2022.
- Rauber F, Boklis-Berer M, Azeredo CM, Levy RB, Louzada MLDC. School meals consumption is associated with a better diet quality of Brazilian adolescents: results from the PeNSE 2015 survey. *Public Health Nutrition* 2021; 24(18):6512-6520.
- Swinburn B, Sacks G, Vandevijvere S, Kumanyika S, Lobstein T, Neal B, et al. INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles. *Obes Rev* 2013; 14 Suppl 1:1-12.



DISTRIBUIÇÃO DE BANANAS DESIDRATADAS PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS DE MARICÁ-RJ

Laura Maria de Oliveira da Silva¹ (auramaria@ufrj.br), Laiz Ferreira dos Santos² (laiz.fs@outlook.com), Ivna Rodrigues da Silva de Oliveira³ (ivnaufrj2004@gmail.com), Marcia Luiza de Oliveira Albuquerque Souza⁴ (contatomaluiza@gmail.com), Adriana Oliveira Andrade⁵ (andrade.ufrj@gmail.com), Katia Cilene Tabai⁶ (ktabai@ufrj.br)

¹Engenheira de Alimentos. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); ^{2,3,4}Discente de engenharia de alimentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); ⁵Docente. Departamento de Matemática. Instituto de Ciências Exatas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); ⁶Docente Titular. Departamento de Hotelaria e Serviço Social. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Palavras-chave: insegurança alimentar; minimamente processado; desidratação; políticas públicas; desperdício de alimentos.

Objetivo: Analisar a distribuição de bananas desidratadas realizada pela Fábrica de Desidratados Prefeito Édio Muniz, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, da Prefeitura de Maricá - RJ, para os alunos das escolas municipais de Maricá-RJ. Metodologia: A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CEP/UFRRJ) sob parecer nº 6.907.535. O recorte desta análise foi no período de 2022 a 2024. O trabalho foi realizado por meio de estudo de caso. Os dados foram coletados das planilhas disponíveis no local, que foram organizadas e analisadas de forma descritiva. Resultados: Neste período, 6.298 Kg bananas foram distribuídos para 68.752 alunos da rede municipal de ensino. O distrito Sede/Centro recebeu o maior quantitativo de bananas, seguido de Inoã, Itaipuaçu e Ponta Negra. As escolas de maior porte estão majoritariamente localizadas em Inoã (53,12%), seguido de Itaipuaçu (48,57%), Centro (20%) e Ponta Negra (19,35%). Por sua vez as de pequeno porte se encontram em Ponta Negra (48,39%), Centro (47,50%), Itaipuaçu (34,29%) e Inoã (21,88%). O porte das escolas é calculado por meio do volume de alunos, sendo a distribuição diretamente proporcional. O peso médio enviado para as escolas foi de acordo com o tamanho das unidades escolares. Desta forma, o comportamento de distribuição foi direcionado em relação ao quantitativo de alunos, tendo a maior média de 39,69 quilogramas para o distrito de Inoã. Observou-se o número crescente da quantidade de bananas desidratadas destinadas às escolas da rede municipal. O Distrito Sede/Centro foi o maior receptor de bananas desidratadas. Essas ações podem ser estratégias¹ importantes de educação alimentar e nutricional nos ambientes escolares², uma vez que insere um novo alimento saudável e sustentável³ na dieta dos alunos atendidos. Conclusão: A alimentação escolar é um espaço relevante no fomento da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e no contexto da Agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030, dialogando com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e valoriza os pequenos agricultores e a produção local.

Referências

- [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília., 2014. 156 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf Acesso em: 16 jul. 2025.
- [2] WITTMANN, E. B. B.; LACAZ, L. M.; CASTRO, F. T.; TABAI, K. C. Estratégias de educação alimentar e nutricional no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR). Segurança Alimentar e Nutricional, v. 30, 2023. DOI: 10.20396/san.v30i00.8670809.
- [3] WEINTRAUB, K; H; RODRIGUES, C; G; O; TABAI, K; C. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Conservação dos Ecossistemas: a intersectorialidade nas políticas públicas. Faz Ciência, v.23, n. 37, p.56-78, 2021.



DESENVOLVENDO CONHECIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE DESDE A INFÂNCIA NA ESCOLA, UTILIZANDO UMA ABORDAGEM DE PENSAMENTO COMPUTACIONAL – INSIGHTS DO SELEA BRASIL-DINAMARCA

Aline Souto Ribeiro¹, Monique Souza da Rocha², Amanda da Silva Franco³, Giselle Mesiara⁴, Subash Rana⁵, Mukti Chapagain⁶, Bent Engberg⁷, Alessandra da Silva Pereira⁸

^{1,2,8}Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; ³Universidade do Estado do Rio de Janeiro; ⁴University of Copenhagen; ⁵University of Copenhagen; ⁶University of Copenhagen; ⁷University of Copenhagen

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; desperdício alimentar; tecnologia educacional.

Introdução: A alimentação, nutrição e sustentabilidade estão interligadas, formando uma relação complexa que exige sistemas alimentares sustentáveis, capazes de garantir nutrição adequada e reduzir impactos ambientais, como preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A insegurança alimentar e nutricional persiste, agravada pelo desperdício de alimentos, que representa um terço da produção mundial. Este estudo investigou como a educação alimentar e nutricional, aliada a abordagens inovadoras, pode promover um sistema alimentar mais justo e sustentável, especialmente nas escolas. **Objetivo:** Investigar como a educação alimentar e nutricional, aliada a abordagens inovadoras como o uso de tecnologia e estratégias interativas, pode promover um sistema alimentar mais justo e sustentável, além de aumentar a conscientização dos alunos sobre sustentabilidade, desperdício de alimentos e suas escolhas alimentares. **Metodologia:** Este estudo transversal e descritivo foi realizado entre janeiro e dezembro de 2021 no Rio de Janeiro e São Paulo, em colaboração entre instituições do Brasil e da Dinamarca. A amostragem por conveniência foi aplicada a duas escolas, com alunos e professores do 6o e 8o anos de uma escola pública federal no Rio de Janeiro e de uma ONG em São Paulo. Os participantes responderam a questionários sobre o Guia Alimentar Brasileiro, desperdício de alimentos, sustentabilidade e tecnologia. **Resultados:** Dos 182 estudantes avaliados, 56,04% eram do Rio de Janeiro e 43,96% de São Paulo, com idade média de 12,6 anos. Apenas 38% receberam orientações sobre impacto ambiental dos alimentos, e 72% desconheciam que um terço da produção mundial de alimentos é desperdiçada. No entanto, 65% demonstraram interesse em escolhas alimentares sustentáveis, e 47% afirmaram que mudariam seus hábitos se recebessem mais informações. Oficinas educativas e atividades interativas foram eficazes para 81% dos alunos. Entre os professores, 74% reconhecem o impacto do desperdício de alimentos, mas 42% desconhecem o Guia Alimentar. A maioria acredita que a tecnologia pode auxiliar na conscientização alimentar. **Conclusão:** Os achados reforçam a importância de integrar temas de letramento alimentar, nutricional e sustentável nas escolas. A abordagem interativa e tecnológica mostrou-se eficaz, destacando a necessidade de fortalecer essas iniciativas no currículo escolar.

Referências

Willett, W, Rockström, J, Loken, B et al. (2019) Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *Lancet* 393, 447–492

United Kingdom Department for Education (2017) Childcare and Early Years Survey of Parents in England, 2017. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/statistics/childcare-and-early-years-survey-of-parents-2017>

Food and Agriculture Organization of the United Nations & World Health Organization (2019) Sustainable Healthy Diets – Guiding Principles. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca6640en/ca6640en.pdf>



AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS DOMICÍLIOS DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE PETRÓPOLIS/RJ

Yasmin Rodrigues, Jhenifer Medeiros, Joana da Costa Silva
Gerência de Alimentação Escolar – Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis.

Palavras-chave: alimentação escolar; segurança alimentar e nutricional; direitos humanos.

Objetivo: Avaliar a prevalência da Insegurança Alimentar (IA) e nutricional das famílias dos alunos matriculados na rede municipal de ensino da cidade de Petrópolis/RJ. Metodologia: O projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto (no 6.007.818) em março de 2023. A pesquisa foi realizada entre maio e outubro com famílias de alunos da rede municipal de Petrópolis em 2023. A coleta de dados consta com um questionário virtual, enviado para as famílias através de um aplicativo de mensagens com o auxílio das diretoras. O mesmo contém dados como o gênero do(s) aluno(s), data de nascimento, nome da escola, distrito em que a família residia, renda em salário mínimo, nível de escolaridade e auto identificação da raça. Também foi questionado se esta renda possuía vínculo com algum benefício governamental. Ainda teve uma questão sobre o recebimento do kit de alimentos (não perecíveis e/ou hortifrutigranjeiros) em 2020, entregue pela Gerência de Alimentação Escolar. Para a avaliação da IA utilizou-se a versão reduzida da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), composta por 5 perguntas. Os questionários foram aplicados após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Famílias que responderam 'sim' a pelo menos uma das 5 questões do EBIA foram classificadas com IA. Resultados: Observou-se características sociodemográficas e econômicas: 49,17% relataram ensino médio completo ou superior incompleto, 46,46% se autodeclarou como branca, 40,39% informou possuir renda entre 1 e 2 salários mínimos, 55,45% informaram não possuir nenhum tipo de auxílio do governo. Em relação ao recebimento do kit de hortifrutigranjeiros 52,26% informaram não ter recebido. Sobre a avaliação do EBIA, 64,26% foram classificados com IA. As prevalências citadas anteriormente foram encontradas em cada distrito, quando analisados individualmente. Conclusões: O elevado percentual de famílias em situação de IA no município destaca a urgência de políticas públicas intersetoriais e do planejamento dos cardápios escolares para atender alunos em vulnerabilidade. Além disso, o estudo teve limitação devido a forma de coleta de dados, excluindo um distrito importante a ser avaliado. Pesquisas periódicas de avaliação da IA são necessárias para acompanhamento desta situação.

Referências

- AMORIM, A.L.B; JUNIOR, J.R; BANDONI, D.H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após COVID-19. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n.4, p. 134-1145, jul. - ago. 2020
- BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISVAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.
- PINHEIRO, A.S; SILVA, V.M; LEMOS, Y.S; CUNHA, L.N; ANDRADE, SANTOS, B.M; MOREIRA, A.J; SILVA, P.R; COSTA, A.P; SILVA, L.M. Insegurança alimentar em tempos de Pandemia do Covid-19 no Brasil: Revisão de literatura. Revista Research, Society and Development, v. 11, n. 9, e28411931809, 2022.



ALIMENTOS REGIONAIS E DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ANÁLISE DE CARDÁPIOS DE CRECHES FLUMINENSES

Simone Souza dos Santos (sss_santos@hotmail.com), Letícia do Nascimento Mendes, Caroline Ferreira de Oliveira, Maria Eduarda Magalhães, Rafael Silva Cadena
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; alimentos regionais; sociobiodiversidade; alimentação escolar; sustentabilidade.

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar a oferta de alimentos regionais e alimentos da sociobiodiversidade nos cardápios de creches de municípios do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo observacional, transversal, descritivo, com abordagem quali-quantitativa. Foram analisados cardápios escolares de creches de 33 municípios. Os documentos, planejados por nutricionistas responsáveis técnicos do PNAE para os anos de 2023 e 2024, foram obtidos por meio de contato com as entidades executoras e de consulta a seus respectivos sites oficiais. A presença de alimentos regionais foi verificada conforme a segunda edição do livro Alimentos Regionais Brasileiros, do Ministério da Saúde, e os alimentos da sociobiodiversidade conforme a Portaria Interministerial MAPA/MMA no 10/2021. A análise quantitativa foi realizada no *software* Excel. A análise de cardápios de creches vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Estado do Rio de Janeiro identificou que 94% dos 33 municípios avaliados ofertaram, ao menos uma vez por semana, alimentos regionais. Entre os itens mais frequentes destacaram-se a laranja (93 registros), o inhame (67) e a abobrinha (52), seguidos por alimentos de menor presença, como agrião, goiaba e abacate. Observou-se que a laranja ocupa a oitava posição no ranking de produção agrícola estadual, enquanto o repolho e a goiaba ocupam a décima e a vigésima posição, respectivamente. Alimentos da sociobiodiversidade foram identificados em 42% dos municípios, com destaque para a mandioca (67 registros), abacaxi e maracujá. A predominância da mandioca reflete sua expressiva produção no estado, enquanto itens como açaí e taioba, apesar de ofertados, não possuem registro produtivo estadual. Os resultados evidenciam potencial para fortalecer práticas sustentáveis e valorizar a produção local. Conclui-se que a ausência de um percentual mínimo definido para a inclusão de alimentos regionais e da sociobiodiversidade nas diretrizes do PNAE ainda representa um desafio para ampliar sua presença e diversificação. Entende-se que políticas públicas futuras considerem parâmetros mais específicos para garantir a incorporação regular desses alimentos, de modo a consolidar práticas alimentares alinhadas às tradições regionais e ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

Referências

- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE no 06, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Conselho Deliberativo. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 de maio de 2020.
- GIRARDI, Mariana Werlang; FABRI, Rafaela Karen; BIANCHINI, Vitória Uliana; MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Oferta de preparações culinárias e alimentos regionais e da sociobiodiversidade na alimentação escolar: um estudo na Região Sul do Brasil. *Segurança alimentar e nutricional*, v.25, n.3, p. 29-44, 2018.
- ROSSETTI, Francini Xavier; WINNIE, Lo Way Yee; SILVA, Marina Vieira. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 23 (2);912-923, 2016.



INSEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: PANORAMA COMPARATIVO ENTRE OS DOMICÍLIOS COM MENORES DE CINCO ANOS

Letícia Ramos da Silva, Julia Magalhães Cabral, Aline Alves Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: insegurança alimentar; segurança alimentar; crianças menores de cinco anos; PNAD Contínua; região Sudeste.

Objetivo: Descrever e comparar as prevalências da insegurança alimentar entre domicílios com e sem crianças de até cinco anos de idade na região Sudeste do Brasil. **Metodologia:** Utilizou-se microdados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc-2023)¹, inquérito de base populacional com amostra representativa. A insegurança alimentar (IA) foi avaliada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e classificada em: segurança alimentar (SA), IA leve (IAL), IA moderada (IAM) e IA grave (IAG). Os domicílios foram estratificados de acordo com a presença ou ausência de pelo menos uma criança de até cinco anos de idade. Foram calculadas prevalências com o comando 'svy' do *software* STATA, versão 16.0, incluindo o cálculo de prevalências e intervalos de confiança de 95% (IC95%), considerando-se os respectivos pesos amostrais. Este estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética. **Resultados:** Dos 173.676 domicílios, 29.473 (19,4%) tinham pelo menos uma criança de até cinco anos, sendo 6.787 (3,91%) desses lares estavam localizados na região Sudeste. Foi observada maior prevalência de SA em lares com moradores com mais de cinco anos de idade (78,80%; IC95%: 78,07-79,50), quando comparados àqueles lares com crianças de até cinco anos (68,52%; IC95%: 66,73-70,27). Nos domicílios com pelo menos uma criança de até cinco anos, foram observadas maiores prevalências em todos os níveis de severidade de IA, sendo 24,54% (IC95%: 23,06-26,08) para IAL, 3,87% (IC95%: 3,30-4,53) para IAM e 3,07% (IC95%: 2,48-3,80) para IAG. Já nos demais domicílios, as prevalências observadas foram de 14,49% (IC95%: 13,94-15,07) para IAL, 3,81% (IC95%: 3,55-4,09) para IAM e 2,90% (IC95%: 2,67-3,14) para IAG. **Conclusão:** Domicílios com pelo menos uma criança de até cinco anos apresentar maiores prevalências em todos os níveis de severidade da IA na região Sudeste. A presença de crianças nessa faixa etária pode estar relacionada a uma maior vulnerabilidade social, aumentando as chances de algum nível de IA. Esse cenário pode estar explicado parcialmente pelo fato de a presença de crianças representarem um aumento nos gastos alimentares da família sem contribuir para a renda familiar, além dos demais cuidados, como educação e saúde.

Referência

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Módulo Segurança Alimentar, 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.



INSEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS COM CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS, SEGUNDO ÁREA URBANA E RURAL DO BRASIL

Julia Magalhães Cabral, Letícia Ramos da Silva, Aline Alves Ferreira
Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (INJC/UFRJ)

Palavras-chave: insegurança alimentar; crianças; área urbana; área rural; PNAD Contínua.

Objetivo: Analisar as prevalências de Insegurança Alimentar nos domicílios com crianças (0-10 anos) segundo área urbana e rural do Brasil. **Metodologia:** Estudo transversal utilizando microdados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) de 2023 [1]. Os domicílios foram categorizados conforme a presença ou ausência de crianças de até 10 anos. A insegurança alimentar (IA) foi avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, classificando os domicílios em segurança alimentar (SA), IA leve (IAL), IA moderada (IAM) e IA grave (IAG). Prevalências e intervalos de confiança de 95% (IC95%) foram calculados no Stata 16.0, considerando o desenho amostral e a ponderação. O estudo dispensa CEP/CONEP. **Resultados:** Dos 173.676 domicílios analisados, 28,2% tinham pelo menos uma criança ≤ 10 anos ($n=48.876$), sendo 35.230(86,3%) localizados na área urbana e 13.646(13,6%) na área rural. Na área urbana 66,7% (IC95%:65,9-67,6) dos domicílios estavam em SA, 24,2% (IC95%:23,5-24,9) em IAL, 5,3% (5,0-5,6) em IAM. Já na área urbana, 58,4% (57,1-59,8) estavam em SA, 28,2% (27,1-29,3%) em IAL e 7,89%(IC95%:7,3-8,6) em IAM. Em relação à fome, nível mais severo da IA, 3,67%(IC95%:3,4-3,9) dos domicílios na área urbana estavam em IAG, enquanto na área rural a prevalência foi de 5,44%(IC95%:4,9-6,0). **Conclusão:** A prevalência de IA na zona rural é maior quando comparada a zona urbana, sobretudo nos níveis mais severos, refletindo um contexto de vulnerabilidade social devido a dificuldade no acesso a determinados alimentos e a demais serviços, inclusive de saúde. Diante disso, deve-se considerar as iniquidades existentes no cenário rural na formulação de políticas públicas, em especial às famílias com crianças, faixa etária mais suscetível aos impactos da IA.

Referência

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Módulo Segurança Alimentar, 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.



AVALIAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS E INCONFORMIDADES EM UMA ESCOLA PRIVADA EM NITERÓI – RJ RDC Nº 216/2004 - RDC Nº 275/2002

Kárita Cristina da Rocha Luz
Universidade Unilasalle

Palavras-chave: boas práticas de manipulação; segurança alimentar; Vigilância Sanitária; unidade de alimentação e nutrição; RDC 216/2004.

Objetivo: Esta pesquisa avalia boas práticas e inconformidades higiênico-sanitárias em uma escola privada de Niterói–RJ, que atende crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A análise foi feita com base nas RDCs nº 216/2004 e no 275/2002 da ANVISA. Metodologia: A pesquisa ocorreu durante o período de 17 de março de 2025 a 09 de maio de 2025. Foram utilizados as RDCs nº 216/2004 e RDC nº 275/2002. Mediante checklist, avaliamos critérios, como: condições estruturais da Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), equipamentos, prazo de validade, armazenamento, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e registros obrigatórios, como fichas técnicas, manual de boas práticas e Procedimento Operacional Padrão (POP). Resultados/Discussão: Não foi possível analisar o controle de desperdícios e a aceitação dos alimentos, pois esses controles não eram realizados pela nutricionista. Não se encontravam em conformidade: janelas sem presença de telas, porta sem batentes, a ventilação não adequada, a não utilização de EPÍ s, bolos fora da refrigeração, maquinário em desuso e os produtos eram reetiquetados. Conclusão: Os resultados apontaram inconformidades na produção, exigindo melhorias estruturais, operacionais e de pessoal. Recomenda-se adoção de boas práticas para garantir a segurança alimentar.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Ministério da Saúde, Brasília – DF, 2020
Disponível em:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_crianças_brasileiras_menores_2_anos.pdf.
Acesso em: 18/06/2025



VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE CARDÁPIO ESCOLAR A BASE DE JACA VERDE, PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM NOVA IGUAÇU – RIO DE JANEIRO

Silvia Quelli Duarte da Silva Duccini¹ (silviaduccininutricionista@gmail.com), Kathleen Hodgson Weintraub² (khweintraub@gmail.com), Ana Clara Agostinho de Almeida³ (anacalmeida@ufrj.br), Gabriela da Silva Gama⁴ (gabrielagamaufrj@ufrj.br), Carlos Eduardo dos Santos Fernandes⁵ (rjcarlosedu@gmail.com), Daniela de Almeida Rodrigues⁶ (nut.danielarodrigues@gmail.com), Adriana Oliveira Andrade⁷ (andrade.ufrj@gmail.com), Katia Cilene Tabai⁸ (ktabai@ufrj.br)

¹Nutricionista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS/UFRRJ); ²Mestre pelo PPGPDS/UFRRJ; ^{3,4}Discente do curso de graduação em engenharia de alimentos e da Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); ⁵Discente do curso de graduação em nutrição da Universidade Iguaçu (UNIG); ⁶Nutricionista. Graduada na Universidade Iguaçu (UNIG); ^{7,8}Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Palavras-chave: alimentação saudável; socioeconômica; aceitação alimentar.

Objetivos: Investigar a viabilidade da inserção de produtos à base de jaca verde no cardápio escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promovendo a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) de forma sustentável. E ainda, analisar o perfil socioeconômico e hábitos alimentares de escolares e seus familiares e avaliar a aceitabilidade da jaca verde. Metodologia: A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ, sob protocolo nº 85699324.4.0000.0311. Trata-se de um estudo de caso realizado em escola pública municipal de Nova Iguaçu-RJ, em 27 de novembro de 2024, com alunos de 8 a 12 anos e seus responsáveis. Foram aplicados questionários para o levantamento do perfil socioeconômico e alimentar, posteriormente, realização de teste de aceitabilidade da preparação de strogonoff de jaca verde, por meio da escala hedônica facial mista e o método de resto ingestão, conforme recomendações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹. Resultados: Esta preparação à base de jaca obteve aceitação de 62,5%, dos alunos participantes, na escala hedônica e índice de consumo de 63,42%, dos discentes, pelo método de resto ingestão - valores inferiores aos parâmetros estabelecidos pelo PNAE (≥85% e ≥95%, respectivamente)¹. Observou-se o interesse dos escolares e o potencial de uso dos produtos da jaca em preparações mais adequadas ao paladar infantil², além do reconhecimento de suas qualidades nutricionais e sustentáveis³, averiguou-se a situação de vulnerabilidade social, caracterizada por baixa renda familiar⁴ e dependência de programas de assistência social⁵. Não foram relatados episódios recentes de privação alimentar ou fome. Observou-se também acesso limitado a alimentos in natura e minimamente processados², especialmente no ambiente domiciliar. Os resultados preliminares não indicam viabilidade imediata da inclusão da jaca verde no cardápio escolar segundo os critérios técnicos do PNAE¹. Contudo, a iniciativa se mostra promissora como estratégia de educação alimentar e nutricional⁶, diversificação do uso de alimentos regionais^{7,8}. Conclusões: Serão necessários novos testes com adequações na preparação para ampliar a aceitação sensorial, considerando o potencial de fortalecimento da agricultura familiar, para geração de renda dos pequenos produtores e das políticas públicas intersetoriais.

Referências

- [1] WEINTRAUB, K.; RODRIGUES, C. G. O.; TABAI, K. C. Segurança alimentar e qualidade ambiental: uma proposta de utilização da jaca verde como alimento. Soberania e segurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19 [livro eletrônico]. Arco Editores, Santa Maria, RS, p. 71-93, 2021. Disponível em: https://f7f3ee10-6cec-4bfa-a3ac-eb10305f7e07.filesusr.com/ugd/4502fa_99780d12ed394255ac289cf1ace244ef.pdf#Cap4. Acesso em: 15 jun. 2025.
- [2] WITTMANN, E. B. B.; LACAZ, L. M.; CASTRO, F. T.; TABAI, K. C. Estratégias de educação alimentar e nutricional no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR). Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 30, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8670809>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8670809>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- [3] WEINTRAUB, K; H; RODRIGUES, C; G; O; TABAI, K; C. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Conservação dos Ecossistemas: a intersetorialidade nas políticas públicas. Faz Ciência, v.23, n. 37, p.56-78, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/27010/17202>. Acesso em: 20 jun.



MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA LANCHEIRA DE ESCOLARES EM UMA ESCOLA PRIVADA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS-RJ

Juliana Pimentel Oliveira Ribeiro¹ (jullyanapimentel.jp@gmail.com), Miriã Borges da Fonseca (miriaborges2013@gmail.com)
UNIFESO

Palavras-chave: escola; lancheiras; hábitos alimentares; crianças; qualidade nutricional

Objetivo da experiência: Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014, a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável, é rica em alimentos in natura ou minimamente processados, em contrapartida, evitando alimentos ultraprocessados, pois são nutricionalmente desbalanceados (1). O presente estudo partiu desse princípio, com o objetivo de avaliar a qualidade nutricional das lancheiras de escolares por meio de registros fotográficos em uma escola privada na cidade de Teresópolis, RJ. Descrição da experiência: A pesquisa foi realizada durante um dia letivo do mês de junho do ano de 2025. Foram realizados registros fotográficos com um smartphone das lancheiras de 25 crianças, com idade média de 2 a 5 anos, de uma escola privada na cidade de Teresópolis, RJ. Resultados/aprendizado: Os registros fotográficos analisados indicaram que a maioria das lancheiras avaliadas continham alimentos ultra processados, como biscoitos recheados, sucos artificiais e salgadinhos, e baixo consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, em desacordo com as recomendações do Guia alimentar para populações brasileiras (1). Segundo a OMS, a ingestão de açúcares livres deve ser inferior a 10% do valor energético total, reforçando a necessidade de reduzir alimentos desse grupo alimentar (2). Além disso, observou-se uma baixa frequência de alimentos considerados marcadores de alimentação saudável, como frutas frescas, alimentos minimamente processados e preparações caseiras. Conclusões e/ou recomendações: Após avaliar as lancheiras, verificou-se baixo consumo de alimentos saudáveis e alta presença de ultra processados ricos em açúcares, gordura e sódio, padrão alimentar que pode prejudicar o desenvolvimento, a aprendizagem e a saúde das crianças a longo prazo. Recomenda-se ações de Educação Alimentar Nutricional (EAN) com os pais, responsáveis e a escola para incentivar o consumo de frutas, preparações caseiras e alimentos minimamente processados nas lancheiras.

Referências

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

[2] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Diretriz: ingestão de açúcares por adultos e crianças*. 2015. Disponível em <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/4be74f01-de93-4596-bbd1-02a97afb1221/content>. Acesso em: 25 jul. 2025.



METODOLOGIAS ATIVAS NO COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES EM UMA UAN ESCOLAR

Ana Carmem de Oliveira Lima, Paula Roberta Peixoto Nobre, Roseane Saraiva de Santiago Lima
Instituto Federal do Ceará, campus limoeiro do Norte

Palavras-chave: desperdício de alimentos; metodologias ativas; educação alimentar e nutricional; unidade de alimentação e nutrição; sustentabilidade.

Objetivo: Reduzir o desperdício de alimentação escolar e promover o consumo sustentável. Metodologia: O estudo foi realizado na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) do Instituto Federal do Ceará, Campus Limoeiro do Norte. Lançou-se uma campanha contra o desperdício de alimentos entre os discentes do Ensino médio técnico integrado durante a refeição almoço. A mesma tratava-se de uma gincana, que consistia em um desafio entre as turmas. A gincana dividia-se em duas fases, a primeira consistia na realização de campanha de conscientização por meio de cartazes e na pesagem diária do resto-ingesta, durante duas semanas (8 dias). As três turmas que geraram o menor desperdício passaram para a fase final a qual elaboraram uma receita com aproveitamento integral dos alimentos, correspondente a cor de alimento previamente sorteada para sua turma. As receitas foram avaliadas por três avaliadores, seguindo critérios pré-estabelecidos, e a vencedora ganhou um kit escolar individual (caderno, *planner*, caneta) e um lanche diferenciado. Resultados: Foram servidas 1093 refeições. O valor total de desperdício (restos) de cada turma foi: 4,03kg; 462g; 458g; 430g; 332g e 90g. Para estimar de forma mais fidedigna o desperdício dos comensais, utilizou-se o cálculo de Vaz (2011) do resto por cliente: peso do resto úmero de refeições. As turmas classificadas foram a 1a e 2a série do curso de eletrotécnica (equipe branca e laranja), e a 1a série do curso de química (equipe amarela), com os respectivos valores de resto per capita: 0,0011g; 0,0036g e 0,0043g. No concurso de receitas a turma vencedora foi a de cor laranja, com a preparação purê de abóbora, arroz com açafrão e talos, e farofa com casca de abóbora. Conclusões: A campanha obteve um bom engajamento dos alunos e resultou em diminuição dos restos. Essa redução tem um amplo sentido, pois não visa apenas reduzir custos da UAN, mas preocupa-se com a sustentabilidade, com diversas políticas públicas de alimentação, além de alinhar-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O uso de educação alimentar e nutricional através de metodologias ativas, como os jogos, mostrou-se eficaz em UAN institucional ao gerar efeitos positivos na redução de restos.

Referência

VAZ, C. S. Restaurantes – controlando custos e aumentando lucros. Brasília, 2011 (2. ed.).



ASSESSORIA REMOTA CONDUZIDA PELO CECANE-UFF PARA IMPLEMENTAÇÃO DE HORTAS E COMPOSTAGEM EM ESCOLAS PÚBLICAS: DEMANDAS E ENCAMINHAMENTOS

Jhenifer Monteiro da Silva¹ (jheniferm@id.uff.br), Milena da Silva Machado¹ (milena_silva@id.uff.br), Sílvia Pereira¹ (spereira@id.uff.br), Kamilla Bertu^{1,2} (kamillabertu@id.uff.br), Jean Carlos Rocco¹ (eujeanrocco@gmail.com), Bárbara Guimarães¹ (barbara_guimaraes@id.uff.br), Patrícia Camacho Dias¹ (diaspc2@gmail.com), Roseane Moreira Sampaio¹ (roseanesampaio@id.uff.br), Daniele Bastos¹ (danielebastos@id.uff.br), Daniele Mendonça¹ (daniele_ferreira@id.uff.br)

¹Universidade Federal Fluminense (UFF); ²Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Palavras-chave: horta pedagógica; alimentação adequada; ambiente escolar.

Introdução: A implementação de hortas pedagógicas e compostagem podem ser ferramentas para a formação de hábitos alimentares saudáveis no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2020). Porém a implementação destas ferramentas em ambiente escolar pode ser desafiadora. **Objetivo da experiência:** Descrever as demandas enviadas a uma assessoria remota de implementação de hortas agroecológicas e compostagem em escolas públicas e seus respectivos encaminhamentos. **Descrição da experiência:** A assessoria remota foi realizada por uma equipe composta por nutricionistas e um agricultor agroecológico, com duração de 50 minutos. O agendamento dos encontros ocorreu por meio de e-mail, após preenchimento prévio de um questionário. Na reunião, as demandas foram discutidas e ao final, elencados os encaminhamentos. A análise dos dados foi realizada a partir da transcrição das falas, destacando as demandas centrais e os respectivos encaminhamentos, organizados em planilhas do Excel. **Resultado/aprendizado/análise crítica:** No ano de 2024 foram solicitadas por diretoras e professoras de 06 cidades brasileiras. As principais demandas incluíram: planejamento estratégico para a execução da horta e uma divisão de atribuições, implementação ou reativação da horta escolar, manejo de composteiras e estratégias para obtenção de recursos financeiros. Propôs-se os seguintes encaminhamentos: institucionalização da horta no projeto político pedagógico das escolas, elaboração de um planejamento estratégico, definição de um grupo gestor com divisão das tarefas, cobertura do solo e preparo do solo. Em relação à compostagem, foram sugeridos: a compostagem seca em caixas de polietileno ou baldes, divisão de tarefas para sua execução, associação do tema às disciplinas curriculares, além de orientações práticas sobre como construir e manejar a composteira. **Conclusões e/ou recomendações:** A partir das demandas identificadas, observou-se que a implantação e reativação de hortas escolares ainda representam um desafio para as escolas atendidas. Os encaminhamentos propostos durante a assessoria, como a inclusão da horta no PPP, o planejamento coletivo e a definição de responsabilidades, mostraram-se fundamentais para tornar esta ferramenta uma prática institucional, permanente e pedagógica.

Referências

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota Técnica nº 4816230/2025, CGPAE/DIRAE/FNDE/SEB/SESU/MEC. Brasília: FNDE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae-otas-tecnicas/2025_ota_Tecnica_48162302025.pdf.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>.



NUTRIÇÃO EM FOCO: JOGO EDUCATIVO COMO FERRAMENTA LÚDICA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR NO ENSINO MÉDIO

FERREIRA, Cristiano; SCHLUDE (cristianofs@alu.unifase-rj.edu.br), Brígida; PAIXÃO, Laura (laurasbop@alu.unifase-rj.edu.br); HOLLANDA, Ana Luísa (analhm@alu.unifase-rj.edu.br); DINIZ, Clarice (claricevcd@alu.unifase-rj.edu.br); MORAES, Maria Júlia (mariajgmc@alu.unifase-rj.edu.br); BULL, Lucca (luccabrmc@alu.unifase-rj.edu.br); ARAÚJO, Elenice Maria Gonçalves (elenice.araujo@prof.unifase-rj.edu.br); BORTOLINI, Maria Regina (reginabortolini@prof.unifase-rj.edu.br).

Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto – UNIFASE

Palavras-chave: educação nutricional; sustentabilidade; alimentação escolar; metodologias ativas; promoção da saúde

Introdução: O ambiente escolar é estratégico para promover ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) alinhadas à sustentabilidade e à saúde. Estratégias lúdicas, como jogos, facilitam a compreensão sobre escolhas alimentares e seus impactos na saúde e no meio ambiente. Este relato descreve uma prática educativa realizada com alunos do ensino médio, desenvolvido no contexto do projeto de curricularização da extensão do curso de Nutrição do Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto, em Petrópolis/RJ, utilizando um jogo como ferramenta de sensibilização sobre os diferentes tipos de alimentos e sua classificação, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira [1]. Objetivo da experiência: Desenvolver e aplicar um jogo educativo para promover a EAN entre estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Dom Pedro II, de forma lúdica e participativa. Descrição da experiência: A atividade foi elaborada por alunos do 3º período de Nutrição da UNIFASE, nas disciplinas de UAN I e Antropologia. O jogo “Quem sou eu?” utilizou cartas com alimentos classificados em in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados. Os participantes faziam perguntas para adivinhar o alimento preso na testa e, ao final, organizavam as cartas nas respectivas categorias, seguidas de roda de conversa para discutir dúvidas e reflexões, de acordo com estudos que destacam o uso de jogos educativos como estratégia pedagógica eficaz para a promoção da saúde [2]. Resultados: O jogo promoveu grande engajamento dos alunos, que demonstraram conhecimento prévio, mas apresentaram dúvidas pontuais, como a classificação do azeite e da batata. A dinâmica favoreceu a construção de conhecimentos, reflexão sobre escolhas alimentares e fortalecimento da interação entre os participantes. Para os acadêmicos de Nutrição, a experiência foi enriquecedora, estimulando habilidades em comunicação, criatividade e atuação em educação nutricional [2]. Recomendações: A experiência reforça que práticas pedagógicas lúdicas, como os jogos educativos, são estratégias efetivas na promoção da educação alimentar no ambiente escolar, contribuindo para escolhas alimentares mais conscientes e sustentáveis [1,2].

Referências

- [1] BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.
- [2] DE OLIVEIRA MAIA, F. Jogos educativos como estratégia pedagógica para a promoção da saúde. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, [S. l.], v. 4, n. 1, 2023. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v4i1.7899. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/repi/article/view/7899>. Acesso em: 22 jun. 2025.



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIA COM PANCS EM UMA CRECHE PÚBLICA DE TOLEDO - MG

Thais Aparecida Ferreira da Silva¹ (githuba@yahoo.com.br), Philippe Diogo Alves da Silva² (philippe.silva@ifsuldeminas.edu.br), Wesley Baptista³ (wesbaptista@gmail.com) e Laiane de Oliveira Nuñez⁴ (laiane.cecane@gmail.com)

¹Prefeitura Municipal de Toledo - MG; ²UFLA; ³Faculdade XV de Agosto - SP; ⁴CECANE - IFSULDEMINAS

Palavras-chave: alimentação escolar; prática pedagógica sustentável; horta escolar; alimentação saudável; formação alimentar na infância.

A Creche Municipal Tia Simone (Toledo-MG), visando garantir aos educandos de 0 à 3 anos alimentação adequada, saudável e de qualidade, bem como introdução alimentar que fomente hábitos alimentares com princípios da segurança alimentar, nutricional e do desenvolvimento sustentável, realizou o projeto pedagógico de educação alimentar “Horta Escolar”, em vigor desde o ano de 2024. O projeto objetivou integrar práticas de sustentabilidade e de educação alimentar, por meio do cultivo, manejo e utilização de hortaliças e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) no contexto escolar. Com a participação da Nutricionista, Professores e Cozinheiras, foi desenvolvido o projeto que se articulou em quatro etapas: plantio, cultivo, colheita e degustação. Para o plantio foram selecionadas as hortaliças alface, couve, beterraba, cenoura e as PANCs taioba e *ora-pro-nobis*. A participação dos estudantes foi integral: no plantio e cultivo das mudas, no cuidado diário das brotações, no processo de colheita, identificando as características que as permitiam serem colhidas e as técnicas envolvidas, finalizando com a degustação, realizada nas oficinas culinárias de saladas, farofas nutritivas e ensopados, sobretudo com a apresentação das PANCs. No cotidiano escolar, sob as dimensões pedagógica, ambiental e nutricional, o projeto permitiu aprendizagem ativa e significativa, com vivências práticas, lúdicas e culturais, ampliando habilidades psicomotoras, cognitivas e socioemocionais, articulando conhecimento de mundo e alimentação saudável. Estimulou a sustentabilidade, responsabilidade, preservação e cuidado com o meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento integral dos alimentos, introduzindo as PANCs como parte da diversidade alimentar, aumentando o valor nutricional das refeições, desenvolvendo hábitos alimentares mais saudáveis, incentivando a valorização de práticas alimentares tradicionais como o consumo da taioba e *ora-pro-nobis*. Permitiu, ainda, a formação continuada das cozinheiras sobre questões envolvendo segurança alimentar e nutricional dos alimentos, levando-as à percepção de que são importantes formadoras de hábitos alimentares saudáveis. Destarte, conclui-se que a o projeto Horta Escolar com a integração das PANCs, mostrou-se uma prática viável, educativa e transformadora ao aliar educação alimentar, práticas sustentáveis e valorização da cultura local, contribuindo de forma significativa para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e saudáveis desde os primeiros anos de vida.

Referências

- CENTURIÓN, Marília; PRESSER, Margaret; SILVA, Sorel; RODRIGUES, Arnaldo. Jogos, projetos e oficinas para a educação infantil. São Paulo: FTD, 2004
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. The state of food insecurity in the world. Rome: FAO, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/56efd1a2-0f6e-4185-8005-62170e9b27bb/>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Histórico do PNAE. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 28 jun.2025.



FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRIÇÃO PARA A EQUIPE PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS COM FOCO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E SUSTENTABILIDADE

Alexandra Vieira Gonçalves¹ (alexandra.vieira204@gmail.com), Sophia Gabriela Almeida Girão Lopes¹ (sophia.lopes@sou.unifal-mg.edu.br), Julia de Oliveira Cassins¹ (julia.cassins@sou.unifal-mg.edu.br), Jaqueline Donato Matias Gomes¹ (jaqueline.gomes@sou.unifal-mg.edu.br), Lucas Daniel Sanches² (lucas.sanches@uftm.edu.br), Daniela Braga Lima¹ (daniela.lima@unifal-mg.edu.br), Bruno Martins Dala Paula¹ (bruno.paula@unifal-mg.edu.br)

¹Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); ²Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Palavras-chave: formação de multiplicadores; educação em saúde; metodologias ativas de ensino; materiais didático-pedagógicos.

Introdução: A equipe pedagógica tem potencial para atuar como promotora da saúde no ambiente escolar quando acessa formações e materiais pedagógicos bem estruturados e contextualizados. **Objetivo da experiência:** ofertar um curso de formação em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para a equipe pedagógica do ensino fundamental de Alfenas-MG com foco na promoção da saúde e sustentabilidade no ambiente escolar. **Descrição da experiência:** A formação foi desenvolvida por nutricionistas e pedagogos, fruto de uma parceria entre a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e a Prefeitura Municipal, no âmbito do Programa de Extensão Universitária da Pós-graduação. A proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE:63361322.9.0000.5142, nº do parecer 7.043.818/2024). O curso foi realizado presencialmente entre setembro e novembro de 2024, com carga horária de 20h, dividido em quatro módulos. Foi estruturado com base em plano de curso e planos de aula com detalhamento das sequências didáticas. As temáticas abordadas foram: 1) Alimentação saudável e sustentável e seu impacto na longevidade; 2) Ambiente alimentar escolar e o PNAE; 3) Conceitos e princípios da EAN; 4) Estratégias de EAN no âmbito escolar aplicadas ao ensino fundamental. Os principais referenciais utilizados foram o Marco de Referência em EAN para as políticas públicas, o Guia Alimentar para a População Brasileira e a Base Nacional Comum Curricular. Os módulos foram estruturados de maneira a promover a construção coletiva dos conhecimentos a partir da utilização de estratégias ativas de ensino, como rodas de conversa, aulas dialogadas e trabalhos em grupo. Como produto didático, foi elaborado um vídeo ao final de cada módulo, construídos a partir das percepções compartilhadas entre a equipe executora e os cursistas. Os vídeos foram utilizados como estratégia pedagógica no início de cada módulo para retomada dos conteúdos e estão disponíveis no canal do Youtube da “Alimentação Escolar (Prefeitura de Alfenas-MG)”. **Resultados/Aprendizado:** A experiência evidenciou o potencial de estruturação intencional de conteúdos formativos e a produção colaborativa de materiais didático-pedagógicos significativos e contextualizados relacionados a EAN. **Conclusões e/ou recomendações:** A formação demonstrou-se replicável e eficaz na qualificação da equipe pedagógica como multiplicadora de práticas promotoras da saúde no ambiente escolar.

Apoio: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001, por meio do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), AUXPE (no 1154/2024). Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo no 422437/2023-9, CHAMADA CNPq no 35/2023 - PIBPG - Ciclo 2024, pela concessão da bolsa de pesquisa.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em :10 julho 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em :10 julho 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em :10 julho 2025.
- SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext). Acesso em :10 julho 2025.



NUTRIÇÃO EM FOCO: JOGO EDUCATIVO COMO FERRAMENTA LÚDICA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR NO ENSINO MÉDIO

FERREIRA, Cristiano; SCHLUDE, Brígida; PAIXÃO, Laura; HOLLANDA, Ana Luísa; DINIZ, Clarice; MORAES, Maria Júlia; BULL, Lucca; ARAÚJO, Elenice Maria Gonçalves; BORTOLINI², Maria Regina.
Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto – UNIFASE

Palavras-chave: educação nutricional; sustentabilidade; alimentação escolar; metodologias ativas; promoção da Saúde

Introdução: O ambiente escolar é estratégico para promover ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) alinhadas à sustentabilidade e à saúde. Estratégias lúdicas, como jogos, facilitam a compreensão sobre escolhas alimentares e seus impactos na saúde e no meio ambiente. Este relato descreve uma prática educativa realizada com alunos do ensino médio, desenvolvido no contexto do projeto de curricularização da extensão do curso de Nutrição do Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto, em Petrópolis/RJ, utilizando um jogo como ferramenta de sensibilização sobre os diferentes tipos de alimentos e sua classificação, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira [1]. Objetivo da experiência: Desenvolver e aplicar um jogo educativo para promover a EAN entre estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Dom Pedro II, de forma lúdica e participativa. Descrição da experiência: A atividade foi elaborada por alunos do 3º período de Nutrição da UNIFASE, nas disciplinas de UAN I e Antropologia. O jogo “Quem sou eu?” utilizou cartas com alimentos classificados em in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados. Os participantes faziam perguntas para adivinhar o alimento preso na testa e, ao final, organizavam as cartas nas respectivas categorias, seguidas de roda de conversa para discutir dúvidas e reflexões, de acordo com estudos que destacam o uso de jogos educativos como estratégia pedagógica eficaz para a promoção da saúde [2]. Resultados: O jogo promoveu grande engajamento dos alunos, que demonstraram conhecimento prévio, mas apresentaram dúvidas pontuais, como a classificação do azeite e da batata. A dinâmica favoreceu a construção de conhecimentos, reflexão sobre escolhas alimentares e fortalecimento da interação entre os participantes. Para os acadêmicos de Nutrição, a experiência foi enriquecedora, estimulando habilidades em comunicação, criatividade e atuação em educação nutricional [2]. Recomendações: A experiência reforça que práticas pedagógicas lúdicas, como os jogos educativos, são estratégias efetivas na promoção da educação alimentar no ambiente escolar, contribuindo para escolhas alimentares mais conscientes e sustentáveis [1,2].

Referências

- [1] BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.
- [2] DE OLIVEIRA MAIA, F.. Jogos educativos como estratégia pedagógica para a promoção da saúde. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, [S. l.], v. 4, n. 1, 2023. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v4i1.7899. Disponível em: <https://revista.ufr.br/repi/article/view/7899>. Acesso em: 22 jun. 2025.



PROTAGONISMO DE ESTUDANTES E MERENDEIRAS NA VALORIZAÇÃO DA MANDIOCA NO COTIDIANO ESCOLAR RURAL

Alexandra Vieira Gonçalves¹ (alexandra.vieira204@gmail.com), Philippe Diogo Alves da Silva² (philippe.silva@ifsuldeminas.edu.br), Laiane de Oliveira Nunez³ (laiane.nunez@ifsuldeminas.edu.br), Sandra Elias de Oliveira Leite⁴ (sandraaeliass@gmail.com), Marilza Lourenço de Lima Cintra da Costa⁴ (marilzalourenco@yahoo.com.br), Kátia Aparecida Faria Santos⁴ (katigabriel@hotmail.com), Viviane Aparecida da Freiria⁴ (vivianefreiria33@gmail.com); Lucas Daniel Sanches⁵ (lucas.sanches@uftm.edu.br), Daniela Braga Lima¹ (daniela.lima@unifal-mg.edu.br), Bruno Martins Dala Paula¹ (bruno.paula@unifal-mg.edu.br)

¹Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); ²Universidade Federal de Lavras (UFLA); ³CECANE - IFSULDEMINAS; ⁴Prefeitura Municipal de Alfenas-MG; ⁵Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Palavras-chave: alimentação escolar; educação alimentar e nutricional; interdisciplinaridade; sustentabilidade.

Introdução: A valorização da cultura alimentar local é fundamental para a construção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis no ambiente escolar por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), envolvendo toda a comunidade escolar. **Objetivo da experiência:** Promover o protagonismo de estudantes e merendeiras na valorização da mandioca, integrando a EAN ao cotidiano escolar. **Descrição da experiência:** As ações foram desenvolvidas na Escola Municipal Orlando Paulino, localizada na zona rural de Alfenas-MG, com uma turma de 11 estudantes do 1o ano do Ensino Fundamental e suas famílias. A proposta integrou a 7a Jornada de EAN do FNDE. Na primeira etapa, a mandioca foi identificada como alimento de baixa aceitabilidade entre os estudantes por meio de roda de conversa e votação. Iniciou-se um processo investigativo e formativo a partir de entrevista aos familiares e o plantio de mudas nos domicílios, além da construção de gráficos com os dados coletados e socialização do projeto com outras turmas da escola. As ações foram vinculadas aos componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática e Geografia em consonância com a BNCC e o Marco de Referência em EAN. Na segunda fase, foi realizada uma formação participativa com as merendeiras no formato de gincana em parceria com a Universidade Federal de Alfenas. Estimuladas a atuarem como educadoras, as merendeiras conduziram oficinas culinárias com receitas escolhidas pelos estudantes (nhoque e bolo de mandioca), promovendo autonomia alimentar e boas práticas de higiene. Os pratos foram servidos na alimentação escolar e avaliados com testes de aceitabilidade, atingindo mais de 85% de aprovação entre 84 estudantes que participaram direta e indiretamente das ações. **Resultados/ aprendizagem:** Houve uma ressignificação e aumento da aceitabilidade da mandioca entre os estudantes participantes das ações a partir de práticas de alfabetização, noções de tempo e espaço e vínculo com o território. Além disso, fortalecimento e valorização das merendeiras enquanto promotoras da saúde no ambiente escolar. **Conclusões e/ou recomendações:** As ações desenvolvidas evidenciaram o potencial da EAN alinhada ao currículo escolar. Por meio do protagonismo estudantil e das merendeiras, a experiência contribuiu para a valorização da mandioca, integrando educação, saúde, cultura e sustentabilidade no ambiente escolar.

Apoio: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001, por meio do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), AUXPE (no 1154/2024). Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo no 422437/2023-9, CHAMADA CNPq no 35/2023 - PIBPG - Ciclo 2024, pela concessão da bolsa de pesquisa.

Referências

- [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em :10 julho 2025.
- [2] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em :10 julho 2025.
- [3] DALLACOSTA, M. et al. Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável. Saúde Debate, v. 46, n. 3, p. 244- 260, Nov 2022.
- [4] MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 11, p. 4251-4261, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z76hs5QXmyTVZDdBDJXHTwz/>. Acesso em: 15 julho 2025.



NUTRINDO SORRISOS: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR A PARTIR DO ACOLHIMENTO E ESCUTA ATIVA NO RESTAURANTE ESCOLAR DO SESC

Paloma Rocha Araújo¹ (praraujo@sesc.com.br), Amanda Aparecida da Silva Ribeiro² (aaribeiro@sesc.com.br)

¹Polo Educacional Sesc RJ.; ²Polo Educacional Sesc RJ.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; escuta ativa; adolescência; alimentação escolar; promoção da saúde; vulnerabilidade social.

Objeto da experiência: O presente relato apresenta a experiência desenvolvida pela equipe de Nutrição do Polo Educacional Sesc RJ por meio do projeto “Nutrindo Sorrisos”, criado em 2024. A iniciativa tem como objetivo acolher emocional e nutricionalmente adolescentes do Ensino Médio integral em situação de vulnerabilidade, promovendo saúde, escuta ativa e ressignificação da relação com a comida. Descrição da experiência: A partir da observação de comportamentos alimentares prejudiciais, queixas emocionais e relatos espontâneos dos alunos, a equipe de Nutrição estruturou um conjunto de ações integradas, envolvendo oficinas de culinária terapêutica, rodas de conversa, atendimento individualizado e ações educativas no restaurante escolar. A prática da escuta empática e o diálogo entre nutrição e saúde mental permitiram o desenvolvimento de um espaço de acolhimento, onde o ato de se alimentar foi compreendido como expressão de afeto, pertencimento e cuidado. Resultados/Aprendizado: A experiência gerou impactos significativos na relação dos estudantes com os alimentos, com relatos de melhora na autoestima, maior adesão às refeições escolares e vínculo afetivo com o restaurante. Os encontros temáticos fortaleceram a autonomia alimentar e o senso de pertencimento dos alunos, além de integrar a Nutrição à rede de apoio escolar, junto aos setores de psicologia e pedagogia. A iniciativa evidenciou a potência do serviço de alimentação escolar como espaço estratégico para a promoção da saúde integral. Conclusões e/ou recomendações: O projeto “Nutrindo Sorrisos” reforça a importância de incorporar abordagens sensíveis e humanizadas à alimentação escolar, tornando-a mais inclusiva, afetiva e promotora de saúde. Recomenda-se sua replicação em outras instituições educacionais, com adaptações contextuais, como estratégia para ampliar o cuidado nutricional aliado à escuta e ao acolhimento.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; Ministério da Educação. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, incluindo a atuação em alimentação escolar. Brasília: CFN, 2018.
- COSTA, Ester de Queiroz; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. Revista de Nutrição, Campinas, v. 14, n. 3, p. 225-229, 2001



SEMEANDO SABORES, COLHENDO SAÚDE: ESTRATÉGIAS LÚDICAS PARA A ACEITAÇÃO DO CARDÁPIO NA CRECHE

Thainá Pereira da Cunha Fernandes (thaina.pcunha@gmail.com), Brenda da Silva Lino (nutribrendalino@gmail.com), Rosiane Brito Cunha Melo (rosianebrito391@gmail.com), Késia Roberto da Silva (kesianutricao@hotmail.com)
Prefeitura Municipal de Magé (PMM)

Palavras chaves: educação nutricional; horta escolar; hábitos alimentares.

Objetivo da experiência: promover hábitos alimentares saudáveis e aumentar a aceitação do cardápio escolar, por meio de atividades lúdicas e participativas. Descrição da experiência: A metodologia foi dividida em duas etapas, envolvendo responsáveis e alunos. Primeiramente, uma reunião com os responsáveis enfatizou o apoio familiar à alimentação saudável, apresentando o cardápio escolar e as atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) futuras. Com as crianças, as atividades foram lúdicas e interativas. O preparo de uma horta proporcionou contato com a solo e sementes, ensinando a origem dos alimentos. A confecção de salada de frutas estimulou o consumo de frutas e a exploração sensorial. Por fim, atividades ao ar livre incluíram contação de histórias sobre legumes e verduras, montagem de um "prato saudável" com recorte e colagem, e uma "trilha da boa alimentação" para reforçar os conceitos nutricionais de forma divertida. Resultados / Aprendizado: As intervenções demonstraram resultados promissores. A reunião com os pais promoveu o engajamento familiar, essencial para a promoção de hábitos saudáveis. A participação e consumo na confecção da salada de frutas indicaram que o envolvimento das crianças no preparo dos alimentos aumenta a aceitação. A horta escolar se tornou um ambiente de aprendizado dinâmico, estimulando a curiosidade sobre a origem dos alimentos. A "trilha da boa alimentação" consolidou o aprendizado de forma eficaz. Conseqüentemente, observou-se uma melhora na aceitação de legumes, verduras e frutas no cardápio diário da creche, provando a eficácia das abordagens educativas e participativas em comparação com métodos passivos. Conclusões e/ou Recomendações: Conclui-se que a abordagem lúdica e participativa foi eficaz na aceitação do cardápio e no estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis. O engajamento dos pais e as atividades interativas fortaleceram a relação das crianças com os alimentos transformando a refeição em um momento de descoberta e prazer. Recomenda-se a continuidade de iniciativas como esta, pois elas solidificam o papel da creche como promotora de saúde e reforçam o impacto positivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na segurança alimentar e nutricional. Futuros projetos poderiam focar em maior envolvimento comunitário e integração com outros aspectos da saúde.

Referências

- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes. Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2022/10/38.Educacao_alimetar_e_nutricional_articulacao_de_saberes.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Manual das Etapas da Alimentação Escolar: Da Compra à Distribuição. 2. ed. Brasília, DF: FNDE, 2024. Disponível em: https://alimentacaoescolar.org.br/wp-content/uploads/2024/08/manual_etapas_ensino_-_2ed.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/pnae>. Acesso em: 16 abr. 2025.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: LEI MUNICIPAL Nº7987/2023 COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À OBESIDADE INFANTIL E SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO PARA A NUTRIÇÃO DO FUTURO NAS ESCOLAS PÚBLICAS CARIOCAS

Gisele de Savignon Pereira, Renata Flores Coelho Alonso, Marluce Crispim da Costa Fortunato, Alexandra Cunha Coelho da Rocha, Joyce lima de Jesus Nascimento, Mariana Camille de Melo Moura, Elaine Blaso Banal da Silva

Unidade de Nutrição Annes Dias (UNAD)

Palavras-chave: obesidade infantil; alimentação escolar; alimentos ultraprocessados; políticas públicas; sustentabilidade; segurança alimentar e nutricional.

Objetivo: alterar o Planejamento Alimentar para atender a lei nº 7987/2023 excluindo os alimentos ultraprocessados da Alimentação Escolar do município do Rio de Janeiro. Descrição: Em julho de 2023, foi implementado o Decreto Rio no 52842, que regulamentou a Lei Municipal nº 7987 de 11 de julho de 2023 e instituiu ações de combate à obesidade infantil, proibindo a venda e a oferta de alimentos ultraprocessados em escolas públicas e privadas do município do Rio de Janeiro. Desde o ano de 2002, o município, através do Decreto Municipal nº 21127, proibiu cantinas nas escolas públicas da rede, um importante passo na caminhada do controle da qualidade dos alimentos ofertados aos seus estudantes. A obesidade infantil é considerada um grave problema de saúde pública. O consumo de alimentos e bebidas ultraprocessados aumenta o risco de obesidade entre os escolares, além do impacto ambiental e redução da biodiversidade. Para a promoção do bem-estar infantil, a alimentação adequada e saudável deve ser estimulada dentro do ambiente escolar, local de promoção à saúde. Pensando na Síndrome Global como uma interação entre pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas que pode ameaçar a Segurança Alimentar e Nutricional das pessoas e do planeta, o Estado tem o dever de prover, proteger e promover o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável também no ambiente escolar. Resultados/Aprendizado: Alimentos ultraprocessados foram substituídos no Planejamento Alimentar. Entre eles, o pão teve sua composição alterada para pão caseiro e o requeijão que foi substituído por pastinha de tomate e feijão fradinho com frango. Conclusões e/ou recomendações: Com a implementação da lei, o Planejamento Alimentar da alimentação escolar do município do Rio de Janeiro passou a ter 90,62% de alimentos *in natura* e minimamente processados; 3,78% de ingredientes culinários e 5,6% de alimentos processados e ultraprocessados.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF, 2014. 158 p. Brasil. Ministério da Saúde. Qual é a relação entre consumo de ultraprocessados e risco de mortalidade? 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-alimentarmelhor/noticias/2022/qual-e-a-relacao-entre-consumo-de-ultraprocessados-e-risco-de-mortalidade>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Louzada, Maria Laura da Costa *et al.* Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, p. e00323020, 2022.

Machado, Alisson Diego *et al.* O papel do Sistema Único de Saúde no combate à síndrome global e no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 4511-4518, 2021.

Rio de Janeiro. Decreto RIO nº 52842, de 11 de junho de 2023. Regulamenta a Lei Municipal nº 7.987, de 11 de julho de 2023, que institui ações de combate à obesidade infantil, e dá outras providências. Diário Oficial Município Rio de Janeiro.



Semear

Revista de Alimentação, Nutrição e Saúde

